



## MINUTA DO EDITAL

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº21/2026</b>			
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 505/20256</b>			
<b>RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO</b>			
Abertura da Sala de Disputa: <b>21/05/2026</b> , às <b>10:00h</b> (horários de Brasília), no sítio: <a href="https://licitanet.com.br/">https://licitanet.com.br/</a> .		Limite para solicitação de esclarecimentos e impugnação: Até 3 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.	
Encerramentodo prazo para cadastro daspropostas: Até o momento que antecede a abertura da Sessão pública.			
Aquisição de ferramentas, materiais auxiliares e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados ao atendimento das demandas do Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE.			
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO R\$107.041,69 (Cento e Sete Mil e Quarenta e Um Reais e Sessenta e Nove Centavos).</b>			
<b>FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS</b>	<b>VISITA TÉCNICA</b>	<b>MINUTA DE CONTRATO</b>	
SIM	NÃO	SIM	
<b>TIPO DA LICITAÇÃO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES</b>	
MENOR PREÇO POR ITEM	ABERTO	R\$0,01	
Os documentos de habilitação são os constantes anexo II do edital.			
<b>LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A ME/EPP?</b>	<b>RESERVA DE COTA PARA A ME/EPP?</b>	<b>PRIORIDADE PARA A ME/EPP LOCAL OU REGIONAL?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA?</b>
SIM	NAO	NAO	NÃO
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro			
Telefone para contato: 69 3641-2734		E-mail:cpl@altafloresta.ro.gov.br	



## SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº21/2026 Processo Nº: 505/2026

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

**Data da Abertura: 21/05/2026**

**Horário para Início da Sessão: 10:00h(Brasília-DF)**

**Local:** No endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DOESTE, através do(a) Pregoeiro(a) Oficial, designado(a) pelo Decreto 10.979/2025, com sede na Av Brasil 3044, - Bairro: Redondo, na cidade de Alta Floresta D Oeste-Estado de Rondônia torna público que, devidamente autorizada pelo Prefeito Municipal, na forma do disposto nos processo administrativo n.º **505/2026**, que no dia, hora e local indicados no presente edital, será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **MENOR PREÇO** julgado pelo valor do **ITEM**, realizado por meio da internet, no site: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

*Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro ou à Comissão com relação aos mesmos.*

### FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS

- \* Endereço: Av Brasil 3044- Bairro Redondo – Alta Floresta D Oeste - RO
- \* Pregoeiro(a): **Celia Ferrari Bueno**
- \* E-mail: [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br)
- \* Fone/Fax: 69 3641-2463

Todas as informações oficiais pertinentes a presente licitação poderão ser acessadas gratuitamente nos sites: [www.Altafloresta.ro.gov.br](http://www.Altafloresta.ro.gov.br) > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.altafloresta.ro.gov.br/portalttransparencia/licitacoes>) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como no Mural da Prefeitura de Alta Floresta DOeste, Associação Rondoniense dos Municípios/AROM ([www.diariomunicipal.com.br/arom](http://www.diariomunicipal.com.br/arom))".

## 1. CONDIÇÕES PRELIMINARES

**1.1** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

**1.2** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no LICITANET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.

**1.3** Os trabalhos serão conduzidos por Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste- Rondônia.

**1.4** Todos os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília – DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

## 2. DISPOSIÇÕES LEGAIS



**2.1 O certame será regido pela Lei nº 14.133, de 2021, com aplicação subsidiária do Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Federal Nº 11.462, de 31 de março de 2023 e ainda pelo Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078 de 11/09/90), Lei Complementar 123/2006 e 147/2014 e do disposto no presente edital.**

### **3. DO OBJETO**

Aquisição de ferramentas, materiais auxiliares e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados ao atendimento das demandas do Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE

### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

**4.1** A participação nos itens se dará em conformidade com a legislação vigente, a saber:

**4.2** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**4.2.1** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo *login* e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a **LICITANET**.

**4.2.2** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

b) O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

**4.3** A **LICITANET** atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste-RO.

**4.4** A **ME, EPP, MEI ou EIRELI**, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitada no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade no desempate (art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06).

**4.5** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e demais cominações legais.

**4.6** Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.



**4.7** Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-

RO, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

**4.8** Não poderão participar desta licitação:

- I. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- II. Empresa que estiver em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- III. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- IV. Empresa impedida de licitar e contratar com o Município de Alta Floresta D Oeste;
- V. Empresa suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com o Município de Alta Floresta D Oeste;
- VI. Empresa punida com suspensão temporária do direito de licitar e contratar, por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição<sup>1</sup>.
- VII. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (conforme Art. 14, Inc. IV da Lei 14.133/21).

**4.9** A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

**4.10** Serão aceitas somente cópias legíveis.

**4.11** Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

**4.12** Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

**4.13** Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.



**4.14** Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

**4.15** O contratado deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**4.16** Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/06, 147/2014, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

## **5. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**5.1** Nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos e as informações adicionais que se fizerem necessárias para a elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, manifestando-se através do Sistema **LICITANET** ou ainda via e-mail [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br), (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX69) 3641-2463), ou ainda, protocolar o original junto a CPL, situada na Av Brasil 3044 - Bairro: Redondo - em Alta Floresta D Oeste/RO - CEP: 76.954-000, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07:30h às 13:30h (Horário de Rondônia), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, ano e número do processo licitatório.

**5.1.1** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**5.2** As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, disponibilizados publicamente a todos os interessados.

**5.3** Nos termos do art. 164 da Lei 14.133/2021, os pedidos de Impugnação deverão ser enviados ao Pregoeiro **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, manifestando-se através do Sistema **LICITANET** ou ainda via e-mail [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br), (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo Pregoeiro e equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (0XX69) 3641-2463, ou ainda, protocolar o original junto a CPL, situada na Av Brasil 3044 - Bairro: Redondo - em Alta Floresta D Oeste/RO - CEP: 76.954-000, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 07:30h às 13:30h (Horário de Rondônia), devendo o licitante mencionar o número do Pregão, ano e número do processo licitatório.

**5.3.1** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação.

**5.3.2** A decisão do Pregoeiro quanto à impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação) e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site LICITANET, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.



**5.3.3** Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

**6.1** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**6.2** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**6.3** O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados na **alínea “a” do subitem 4.2.2.**

**6.4** O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a **LICITANET – Licitações On-line**, ou canceladas por solicitação do licitante.

**6.5** A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao Atendimento On-Line (CHAT) do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

**6.6** As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633**, **(34) 99678-7950** e **(34) 99807-6633** ou pelo e-mail [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br).

**6.7** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**6.8** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.9** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

**6.10** Para que possam participar do presente pregão (*Como ME-EPP-MEI*), bem como gozar dos demais benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que a microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) ou ainda o microempreendedor individual (MEI), no campo próprio trazido pelo sistema, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

## 7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**7.1** O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.





**7.1.1** Quando do julgamento por Item, o licitante poderá cotar apenas os itens de seu interesse.

**7.1.2** Quando do julgamento por Lote, o licitante deverá cotar todos os itens do lote desejado, sob pena de invalidação da proposta sobre aquele lote.

**7.1.3** Quando do julgamento Global, o licitante deverá cotar todos os itens licitados, sob pena de invalidação da proposta.

## **8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELO SISTEMA ELETRÔNICO**

**8.1** Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até o horário limite da Sessão Pública descrito no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

**8.2** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. Valor unitário e total dos itens;
- II. Marca;
- III. Fabricante;
- IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

**8.3** A etapa de encaminhamento da proposta será encerrada com a abertura da sessão pública.

**8.4** O envio da proposta ocorrerá por meio de uso da chave de acesso e senha, intransferíveis.

**8.5** O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

**8.6** A falsidade da declaração de que trata o 8.5 sujeitará a infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.6.1** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**8.6.2** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**8.7** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.8** Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de disputa e julgamento.

**8.9** As propostas de preços registradas no Sistema **LICITANET**, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;



**8.10** Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

**8.11** O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas na LICITANET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão as últimas.

**8.12** Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

## 9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

**9.1** A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, conforme descrito no preâmbulo deste edital, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

**9.1.1** O Pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo "CADASTRO DE PROPOSTA" do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

**9.2** Os lances serão realizados em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/21 Art. 56 inc. I e II, no modo de disputa **ABERTO** ou **ABERTO E FECHADO**, conforme definido e cadastrado no sistema da Plataforma LICITANET;

**9.3** Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o Pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.

**9.3.1** O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

**9.3.2** Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do §2º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/21.

**9.4** AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO DURANTE A FASE DE LANCES, SOB PENA DE SEREM **DESCLASSIFICADAS** DO CERTAME PELO PREGOEIRO.





**9.5** Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), conforme Edital.

**9.6** Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS E/OU LOTES** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.6.1** Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o melhor valor ofertado, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

**9.6.2** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes nos ANEXOS I e III – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

**9.7** A abertura e da fase de lances “via Internet” será feita pelo Pregoeiro, sendo o Sistema Licitanet, responsável pelo encerramento dos prazos aleatórios, prazos adicionais e demais fases do certame, definidas conforme modo de Disputa definido no Item 10.

**9.8** As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

**9.9** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances;

**9.10** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**9.11** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

**9.12** Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, o Pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

**9.12.1** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item/lote**;

**9.12.2** O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexecutável durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DECLASSIFICADA** na fase de aceitabilidade;

## 10. DO MODO DE DISPUTA

**10.1** No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO**, nos termos do Decreto Federal de nº 10.024/2019.



**10.2 Modo de Disputa Aberto** (Inciso I, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances na sessão pública durará **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.2.1** O fornecedor somente poderá encaminhar lance com intervalo mínimo entre eles de R\$0,01 (um centavo) menor que o valor do último lance.

§ 1º - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

§ 2º - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§ 3º - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal 10.024/2019, mediante justificativa.

**10.3 Modo de Disputa Aberto e Fechado** (Inciso II, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de **quinze minutos**.

§ 1º - Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º - Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º - Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

## 11. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

**11.1** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**11.1.1** O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

**11.1.2** Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e



quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## 12. DO DESEMPATE

**12.1** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), na [Lei Municipal 3.696/2016](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no [art. 60º da Lei nº 14.133, de 2021](#), se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses.

**12.1.1** Serão aplicados os mesmos critérios de desempate caso não haja envio de lances na fase competitiva, sendo a proposta inicial considerada como vinculatória caso não tenha sido retirada. (*Art. 26, § 6º do Dec. 10.024/2019*)

**12.2** Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**12.2.1** Na modalidade de pregão, o intervalo percentual será de **5% (cinco por cento)** superior ao melhor preço;

**12.2.2** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**12.3** Em caso de empate entre empresas não declarantes ME/EPP, o sistema automaticamente verificará se existe empresa declarante ME/EPP cujo valor de seu lance é maior ou igual que o lance empatado, mais 5% (cinco por cento).

**12.3.1** Caso não exista ou estas não manifestarem interesse persistindo o empate, o sistema desempatará o certame através de sorteio.

**12.3.2** Caso exista, o sistema automaticamente convocará a empresa declarante mais bem classificada para apresentar um lance final. Se o valor deste lance for inferior àquele considerado vencedor do certame, o sistema dará como vencedora esta empresa;

**12.3.3** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**12.4** Ocorrendo o empate na disputa de itens de [Participação Exclusiva](#) ou [Cotas Reservadas](#) para ME/EPP/MEI, quanto à preferência das empresas declarantes ME/EPP/MEI sediadas local, regional ou Estadualmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme [Item 12](#) do presente edital.

**12.4.1** Caso as empresas empatadas possuam o mesmo critério de preferência, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



## 13. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

**13.1** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§ 1º A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**13.2** Após finalização dos lances, negociações e atualizações dos preços, o Pregoeiro examinará a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SECRETARIA, bem como, se o valor unitário e total se encontram com no **máximo 02 (duas) casas decimais;**

**13.2.1** O Pregoeiro não aceitará proposta final cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor responsável. Vide art. 59 inciso III da lei 14.133/21.

**13.2.2** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocar para atualização do referido valor, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOR automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

## 14. DA PROPOSTA DE PREÇOS

**14.1** Se a proposta de preços não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

**14.2** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

**14.2.1** A desistência em apresentar lance implicará a Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado.

**14.3** O pregoeiro poderá solicitar PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS OU LINKS OFICIAIS do objeto, objetivando avaliar a compatibilidade do item ofertado, sob pena de desclassificação em caso de descumprimento das exigências ou do prazo estipulado;

**14.4** Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

**14.4.1** Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

**14.4.2** Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.



**14.4.3** Diante de divergências claramente resultantes de erro de digitação ou preenchimento, o pregoeiro se reserva o direito de solicitar a correção da proposta.

## 15. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

**15.1** A relação de documentos requisitados para comprovação da habilitação do licitante no presente certame encontra-se **no Anexo II** deste edital.

**15.2** A habilitação do licitante será comprovada mediante consulta da documentação especificada neste Edital.

**15.3** A consulta deverá comprovar que o licitante se encontrava regular na data marcada para abertura das propostas.

**15.4** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**15.5** Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

**15.6** A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste de informações inverídicas.

## 16. DA HABILITAÇÃO

**16.1** Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Documentação de Habilitação elencada no Anexo II do presente edital, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas, conforme o § 2º do art. 38 do Decreto Federal 10.024/2019.

**16.1.1** A critério da administração, poderá o prazo limite ser prorrogado por igual período, de forma justificada.

**16.2** O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar também a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida na forma do **Anexo IV – Modelo de Proposta Definitiva**.



**16.2.1** O encaminhamento se dará através do módulo HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, dentro do prazo estabelecido, após a fase de lances.

**16.2.2** Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.

**16.3** A proposta Final corrigida e atualizada ao último valor ofertado terá validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de sua entrega.

**16.4** O preenchimento da Proposta Final deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos.

**16.5** O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, se for o caso (inc. III, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inc. IV, Art. 13, Decreto nº. 12.205/2006).

**16.6** Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, conforme disposto no Art. 43 do Decreto Federal 10.024/2019, inclusive quando a legislação ou o edital exijam apresentação de planilha de composição de preços.

**16.7** O Pregoeiro poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

**16.8** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO.

**16.9** A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo Pregoeiro via online, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de

inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação.

**16.10** Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60 (sessenta) dias para as demais.

**16.11** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

**16.12** Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

**16.13** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar **toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**16.13.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial





corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**16.13.2** A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no § 2º do artigo 90 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

**16.14** A Administração se reserva no direito de diligenciar, a qualquer momento, no sentido de verificar a validade e a autenticidade de qualquer certidão apresentada. Havendo divergências, será considerada válida pela Administração a certidão obtida com data mais recente.

**16.15** Também em sede de diligência, havendo dúvidas sobre a veracidade dos documentos apresentados para habilitação ou sua compatibilidade com as exigências editalícias, poderá ser solicitada a exibição de documentos complementares como: termo de contrato, atas de registro de preços, notas de empenho, notas fiscais ou outros considerados pertinentes.

**16.16** Nos casos em que o objeto social cadastrado se mostrar confuso, dúbio ou pouco objetivo, o pregoeiro poderá abrir diligência com o único fim de apurar se a licitante atua em ramo pertinente ao objeto da presente licitação.

**16.17** Na fase de Habilitação, após ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação, o Pregoeiro HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

## 17. DOS RECURSOS

**17.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.2** Declarado o vencedor qualquer licitante poderá, durante o prazo de **10 minutos**, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (clicando no botão **ENTRAR C/ RECURSO**), manifestar sua intenção de recorrer.

**17.3** A falta de manifestação, imediata e motivada, da intenção de recurso quanto ao resultado do certame importará na preclusão do direito recursal, autorizando a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

**17.4** O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

**17.5** O licitante que tiver sua intenção de recurso aceito deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias conforme previsto no § 2º do art. 165 da Lei nº 14.133, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar as contrarrazões previstas no § 4º do art. 165 da Lei nº 14.133, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.



**17.6** Os recursos serão dirigidos à Secretaria solicitante, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em até 10 (dez) dias úteis ou, nesse período, fazê-los subir, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

**17.7** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**17.8** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**17.9** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sala da CPL, na Sede do Município de Alta Floresta D'Oeste-RO, no endereço mencionado anteriormente.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**18.1** Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES e encaminhará os autos para ADJUDICAÇÃO pela autoridade competente.

**18.1.1** Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante da sua recusa, aos licitantes remanescentes.

**18.1.2** Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**18.1.3** Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, haverá prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

**18.2** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

**18.3** A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro e efetuada pela Autoridade Competente.

**18.4** A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e será realizada depois da adjudicação.

**18.5** Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

**18.6** Independente da forma de julgamento (por ITEM, por LOTE ou GLOBAL), o objeto deste Pregão será adjudicado **POR ITEM** ao licitante vencedor.

## **19. DA COMUNICAÇÃO COM O FORNECEDOR**



**19.1** A convocação da licitante será feita através da emissão e encaminhamento da Ata de Registro de Preços e ordem de fornecimento ou outro termo equivalente, à Adjudicatária.

**19.2** A convocação será realizada preferencialmente via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo contrato ou documento equivalente, para impressão, assinatura e devolução via postal. Através do mesmo endereço eletrônico, a CONTRATANTE enviará as comunicações necessárias durante a vigência contratual.

**19.3** O prazo para assinatura e envio será de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail, nos termos do art. 90 da lei 14.133/21.

**19.4** A adjudicatária localizada na cidade de Alta Floresta D'Oeste - RO poderá facultativamente entregar na sede da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste, localizada à Av Brasil 3044, bairro redondo, no prazo acima estabelecido.

**19.5** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa dos documentos por via postal, para assinatura da adjudicatária.

**19.6** As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo contratado.

**19.7** A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

**19.8** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.(§ 2º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021).

**19.9** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**19.10** Nos termos do § 4º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do Item **20.8**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**19.11** A recusa da adjudicatária em assinar a ARP no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se como inexecução total da obrigação assumida, sujeitando-a à aplicação de penalidade nos termos deste Edital e legislação vigente. (§ 5º do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021).

## **20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)**



**20.1** O Município de Alta Floresta D Oeste – RO é **gerenciador** e o **único órgão participante** do presente Registro de Preços.

**20.2** O Município de Alta Floresta D Oeste – RO – convocará o licitante vencedor para assinar a Ata de Registro de Preços – ARP (minuta no **ANEXO VI** deste Edital).

**20.3** Além do preço do primeiro colocado, poderão ser registrados preços de outros fornecedores, respeitada a ordem de classificação, desde que as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido e devidamente justificado a vantagem, casos em que será exigida a análise da habilitação dos demais licitantes.

**20.4** Também poderão os licitantes reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, não prejudicando o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**20.5** As demais regras de administração e utilização da Ata de Registro de Preços resultante da presente licitação estão definidas na Minuta constante do **Anexo VI** do presente Edital.

**20.6** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

**20.7** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**20.8** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme inciso I do art. 32 do Decreto Federal Nº 11.462/23 art. 86º § 4º da Lei 14.133/21.

**20.9** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo o dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, conforme inciso II do art. 32 do Decreto Federal Nº 11.462 de 31 de março de 2023, art. 86º § 5º da Lei 14.133/21.

**20.10** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**20.11** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**20.11.1** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.



**20.12** Serão observadas as regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o item 22.6 deste Instrumento (Art. 32º do Decreto Federal 11.462/23);

## **21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**21.1** As despesas oriundas da presente contratação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

**Projeto/Atividade: 2034 – Manutenção das Atividades da Infraestrutura;**  
**Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo.**

**\* Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade caso houver necessidade.**

## **22. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**22.1** O contratado obriga-se a fornecer o objeto a ele adjudicado, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo no caso de divergência às especificações e condições presentes no Instrumento Convocatório.

**22.2** Quaisquer vantagens apresentadas pelo licitante vencedor em sua proposta de preços, se pertinentes e aceitas pela administração, poderão ser acrescentadas à contratação, passando a constituir-se uma obrigação para o contratado.

**22.3** A execução dos compromissos assumidos pela participação no certame, bem como os casos omissos em edital e contrato, regular-se-ão pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 89, combinado com o inciso III do art. 92, ambos da Lei nº 14.133/2021.

**22.4** Fica vedada a transferência ou cessão do contrato.

**22.5** É vedada a subcontratação total do objeto deste Pregão, sendo a subcontratação parcial possível em casos excepcionais, com prévia anuência da Administração.

**22.6** Constituem-se como cláusulas contratuais, a serem observadas durante a execução do objeto, as obrigações do licitante abordadas neste edital, incluídas aquelas pormenorizadamente descritas nos anexos do Instrumento Convocatório.

**22.7** O Contratado fica obrigado a aceitar alterações no quantitativo previsto em edital, no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, sem que isso implique em alterações de preços contratados, de acordo com o estabelecido no artigo 124 da Lei 14.133/21;

**22.8** Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano, de acordo com a **Lei n. 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.**

## **23. DO REAJUSTE DE PREÇOS CONTRATUAIS**



**23.1** Em obediência ao princípio da anualidade da proposta (art. 2º, §1º c/c art. 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001), caberá reajuste de preços sempre que solicitado pela contratada dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta final no certame licitatório. Nesses casos, o índice aplicável para o cálculo do reajuste será o IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado).

**23.2** A prorrogação dos prazos de entrega dos Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços obedecerá ao previsto no Art. 84, da Lei 14.133/21.

## **24. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**24.1** Para todos os termos da presente contratação considera-se Administrador da ARP a Gerencia de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste-RO.

**24.2** Para todos os termos da presente contratação considera-se Gestor do contrato Prefeitura Municipal, por meio da Gerencia de Registro de Preços ou qualquer outro servidor formalmente designado pela Administração, ao qual compete dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

## **25. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**25.1** Em conformidade com o artigo 140, inciso II da Lei nº. 14.133/21, o objeto da presente licitação será recebido:

- I. **Provisoriamente** – para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante termo de recebimento provisório pelo servidor responsável pelo recebimento, no verso da fatura/nota fiscal ou Termo de Recebimento Provisório; e
- II. **Definitivamente** – será efetuado mediante Termo de Recebimento, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo fiscal do contrato (ou comissão).

**25.2** Em conformidade com o § 1º do art. 140 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 119 da Lei de licitação.

**25.3** O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído conforme escrito no Termo de Referência, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

**25.4** Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

**25.5** Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, será recebido provisoriamente pelos agentes acima mencionados e em definitivo, após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados.





**25.6** Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art.155 da Lei n. 14.133/21, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 137 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

**25.7** O pagamento será efetuado de acordo com as quantidades solicitadas, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários.

**25.8** O pagamento será efetuado **de acordo com o Termo de Referência**, ambos contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.

**25.9** Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

**25.10** A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do fiscal do contrato.

**25.11** Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.

**25.12** Faculta-se à Administração, quando viável, a verificação da manutenção dos requisitos de habilitação do contratado através de consulta em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões.

**25.13** O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Município de Alta Floresta D Oeste.

**25.14** Sanadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

**25.15** O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- I. Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
- II. Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

## **26. DAS PENALIDADES** *(Art.92º, IncisoXIV, Arts.155ºao163º da lei14.133/2021)*

**26.1** As Sanções e Penalidades serão aplicadas ao responsável por infrações administrativas, conforme disposto no Item 15 do Termo de Referência.

## **27. DISPOSIÇÕES FINAIS**



**27.1** A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade;

**27.2** A LICITANTE deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo o Município de Alta Floresta D Oeste-RO, em qualquer hipótese, responsável pelos mesmos, independentemente do resultado da licitação;

**27.3** A Administração, a qualquer tempo, antes da data da sessão inaugural, poderá proceder às alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas, sendo-lhe facultado em, sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas;

**27.4** As omissões porventura existentes neste instrumento convocatório serão sanadas pelo Pregoeiro, responsável pelo certame, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores.

**27.5** A critério do Município de Alta Floresta D Oeste-RO esta licitação poderá:

**27.5.1** SER ANULADA: Se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

**27.5.2** SER REVOGADA: Ajuízo do Município de Alta Floresta D Oeste-RO, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

**27.5.3** Ter a data de abertura transferida, por conveniência exclusiva da administração.

**27.6** Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:

**27.6.1** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar; seguindo o disposto na Lei Federal Nº14.133/21;

**27.6.2** A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e;

**27.6.3** No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**27.7** O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do contrato como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o ofertado em lance verbal ou negociado

**27.8** Em casos excepcionais, o Pregoeiro poderá ampliar o prazo de recebimento dos documentos em virtude de não prejudicar o interesse público;

**27.9** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;



**27.10** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**27.11** As normas que disciplinam este PREGÃO ELETRÔNICO serão sempre interpretadas em favor da ampliação, da disputa entre interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

**27.12** A declaração e a adjudicação da licitante vencedora desta licitação não implicarão direito à contratação ou a obrigatoriedade de ser adquirido o objeto;

**27.13** Para efeito de contratação, aquisição e pagamento prevalecerá, o menor preço escrito, todos devidamente registrados em Ata;

**27.14** Havendo conflito de interpretação entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem do Edital, e em seguida o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e por último os demais anexos;

**27.15** Em divergência em relação ao quantitativo, prevalecerá o contido no ANEXO III (Estimativa de Custos);

**27.16** Aos casos omissos aplicam-se as demais condições constantes da Lei Federal nº.14.133/21;

**27.17** Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste Pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

**27.18** Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os autos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**27.19** Não cabe à LICITANET – Licitações On-line qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

**27.20** Informações complementares poderão ser obtidas no horário das 7h30m às 13h30m (horário local), pelo telefone (69) 3641-2463, ou pelo e-mail: [cpl@altafloresta.ro.gov.br](mailto:cpl@altafloresta.ro.gov.br). O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos [www.altafloresta.ro.gov.br](http://www.altafloresta.ro.gov.br) e [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## **28. ANEXOS**

**28.1** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- ANEXO I** - Termo de Referência/ETP;
- ANEXO II** - Condições para Habilitação;
- ANEXO III** - Quadro Estimativa de Custos;
- ANEXO IV** - Modelo de Proposta Comercial;
- ANEXO V** - Modelo de Declaração Conjunta;
- ANEXO VI** - Minuta do Contrato e da Ata de Registro de Preços.

Alta Floresta D Oeste, 16 de Abril de 2026.



## ANEXO I

# TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. UNIDADE REQUISITANTE

1.1. As unidades requisitantes da presente contratação é a Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE.

### 2. OBJETO

2.1. O presente **Termo de Referência** tem por objeto a **futura e eventual aquisição de ferramentas, materiais auxiliares e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, destinados ao atendimento das demandas do **Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**, do Município de Alta Floresta D'Oeste – RO, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento.

2.2. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico, na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP)**, visando o fornecimento **parcelado e sob demanda**, pelo período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovando ser mais vantajoso de acordo com as necessidades operacionais da Administração.

2.3. Os materiais a serem adquiridos serão utilizados pelas equipes responsáveis pelos serviços de **limpeza urbana, capina, roçagem, manutenção de vias públicas, drenagem, pintura, pequenos reparos em estruturas públicas, conservação de praças, calçadas, canteiros e demais atividades correlatas**, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos essenciais prestados à população.

2.4. Integram o objeto ferramentas manuais, acessórios de corte, materiais de apoio à manutenção, itens para pequenos serviços de construção civil e EPIs indispensáveis à segurança dos servidores durante a execução das atividades.

2.5. A presente contratação será realizada por meio de rito instituído pela Lei Federal 14.133/2021.

### 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a **continuidade dos serviços executados pelo Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**, essenciais à conservação, limpeza e recuperação da infraestrutura pública do Município de Alta Floresta D'Oeste – RO.

3.2. As equipes operacionais desta Secretaria executam rotineiramente serviços de **capina, roçagem, varrição, poda, desobstrução de drenagem, manutenção de vias públicas, reparos em calçadas, meios-fios, praças, canteiros, pintura e pequenos serviços de alvenaria**, demandando ferramentas adequadas e EPIs compatíveis com os riscos inerentes às atividades desempenhadas.



3.3. A necessidade da contratação decorre do **desgaste natural das ferramentas atualmente disponíveis, avarias ocasionadas pelo uso contínuo, perda de eficiência operacional e insuficiência quantitativa de alguns itens**, fatores que comprometem a produtividade das equipes e podem ocasionar interrupções parciais na prestação dos serviços.

3.4. No que se refere aos **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, a aquisição é indispensável para garantir a proteção dos servidores, reduzir a exposição a riscos ocupacionais e assegurar o cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, especialmente durante atividades de roçagem, corte, varrição, escavação, pintura e pequenos reparos estruturais.

3.5. A adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** mostra-se adequada em razão da natureza parcelada e contínua do consumo, permitindo aquisições sob demanda, melhor gestão do estoque, redução de desperdícios e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3.6. Dessa forma, a contratação atende ao interesse público ao garantir **maior eficiência operacional, segurança dos servidores, continuidade dos serviços públicos essenciais e melhor conservação da infraestrutura urbana municipal**.

#### 4. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO

Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
1	35617	Vassoura de madeira com cabo para uso em serviços de limpeza urbana e manutenção de vias públicas, confeccionada em base de madeira, com fibras rígidas de alta resistência, dimensões mínimas de 375 x 65 mm, com cabo acoplado, adequada para varrição de resíduos sólidos leves e médios, com resistência compatível ao uso contínuo	Und	150	54,09	8.113,50
2	35618	Vassoura de arrame regulável metálico tipo rastelo, com no mínimo 22 dentes em aço, sistema de regulagem, com cabo em madeira, indicada para limpeza pesada, remoção de resíduos, folhas e detritos em áreas externas, apresentando resistência mecânica adequada ao uso contínuo.	Und	150	49,65	7.447,50
3	35619	Enxada sem cabo – tipo LP 2,5, fabricada em aço carbono, destinada a serviços de capina, revolvimento e preparo de solo, com dimensões mínimas de 35 x 25 x 10 cm, compatível com cabos padrão de mercado.	Und	50	54,32	2.716,00
4	35620	Enxada sem cabo – tipo LP 3,0, fabricada em aço carbono, indicada para serviços de manutenção urbana, abertura e limpeza de valas, com dimensões mínimas de 18 x 31 x 12	Und	50	73,70	3.685,00



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
		cm, compatível com cabo padrão.				
5	35621	Cabo de enxada, confeccionado em madeira resistente, com comprimento mínimo de 130 cm, acabamento adequado para fixação.	Und	100	22,67	2.267,00
6	35622	Carretel stihl trimcut 42-2 - aplicação 290, destinado ao uso em serviços de roçagem, com resistência adequada à operação contínua.	Und	100	218,42	21.842,00
7	35623	Rolo de fio de corte em nylon para roçadeira, com comprimento mínimo de 200 metros e espessura mínima de 3 mm, indicado para corte de vegetação leve e média, com resistência à abrasão.	Und	10	527,33	5.273,30
8	35624	Pá quadrada nº3, fabricada em aço carbono, com cabo em madeira, largura mínima da lâmina de 24 cm, comprimento mínimo da lâmina de 28 cm, cabo com no mínimo 120 cm, comprimento total mínimo de 144 cm, destinada a serviços de escavação, movimentação e carga de materiais.	Und	20	46,74	934,80
9	35625	Pá de bico nº3, fabricada em aço carbono, com cabo em madeira, largura mínima de 24 cm, comprimento mínimo da lâmina de 28 cm, cabo com no mínimo 120 cm e comprimento total mínimo de 144 cm, indicada para abertura de valas e escavações em solos compactados.	Und	20	67,88	1.357,60
10	35626	Lima chata metálica, com comprimento mínimo de 8 polegadas, indicada para afiação de enxadas e ferramentas similares, com dentes uniformes e resistência ao desgaste.	Caixa	4	228,54	914,16
11	35627	Facão para serviços de limpeza e manejo de vegetação, com lâmina em aço, comprimento mínimo de lâmina de 35 cm, cabo com no mínimo 12 cm, comprimento total mínimo de 47 cm e espessura mínima da lâmina de 2,0 mm.	Und	20	49,48	989,60
12	35628	Picareta tipo avião, forjada em aço carbono, com peso aproximado de 4 libras, largura mínima da ferramenta de 451 mm, olho de fixação de 70 x 45 mm, com cabo em madeira de comprimento mínimo de 90 cm, indicada	Und	50	140,83	7.041,50





Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
		para quebra de solo e materiais compactos.				
13	35629	Barra de alavanca fabricada em aço carbono de alta resistência, com comprimento mínimo de 2 metros, destinada a serviços de movimentação, alavancagem e remoção de materiais pesados.	Und	4	318,90	1.275,60
14	35630	Cavadeira tipo boca de lobo, tamanho médio, fabricada em aço carbono, indicada para abertura de buracos e fundações em serviços de manutenção urbana.	Und	2	188,37	376,74
15	35631	Brocha para pintura e aplicação de produtos líquidos, com cerdas resistentes, tamanho médio, indicada para serviços de manutenção predial e urbana.	Und	6	16,87	101,22
16	35632	Lima tipo limatão fino, fabricada em aço temperado, indicada para desbaste e acabamento de superfícies metálicas, com desempenho compatível ao uso contínuo.	Caixa	2	90,20	180,40
17	35633	Enxadão grande - Ferramenta manual tipo enxadão, fabricada em aço carbono, indicada para serviços pesados de escavação, abertura de valas e limpeza de terrenos.	Und	6	83,13	498,78
18	35634	Foice tipo LP - fabricada em aço carbono, com dimensões mínimas de 21 x 3,5 x 12 cm, indicada para corte de vegetação e limpeza de áreas externas.	Und	3	60,80	182,40
19	35635	Brocas para madeira Nº 2,5 - Broca helicoidal para madeira, diâmetro nominal nº 2,5, fabricada em aço adequado para perfuração em madeira, compatível com furadeiras manuais e elétricas.	Und	30	8,82	264,60
20	35636	Brocas para madeira Nº 3 - Broca helicoidal para madeira, diâmetro nominal nº 3, fabricada em aço adequado para perfuração em madeira, compatível com equipamentos manuais e elétricos.	Und	30	8,32	249,60
21	35637	Brocas para madeira Nº 6 - Broca helicoidal para madeira, diâmetro nominal nº 6, fabricada em aço apropriado, indicada para perfuração em madeira maciça, compensados e derivados.	Und	20	15,13	302,60



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
22	35638	Brocas para madeira Nº 8 - Broca helicoidal para madeira, diâmetro nominal nº 8, em aço, compatível com furadeiras manuais e elétricas.	Und	20	23,52	470,40
23	35639	Brocas para madeira Nº 10 - Broca helicoidal para madeira, diâmetro nominal nº 10, em aço, indicada para uso geral em serviços de manutenção.	Und	20	38,06	761,20
24	35640	Brocas chatas para madeira Nº ½ - Broca chata para madeira, diâmetro nominal ½", em aço, indicada para perfuração rápida em madeira.	Und	3	17,87	53,61
25	35641	Brocas chatas para madeira Nº 1 - Broca chata para madeira, diâmetro nominal nº 1, em aço, para uso em madeira e derivados.	Und	3	24,63	73,89
26	35642	Brocas chatas para madeira Nº 2 - Broca chata para madeira, diâmetro nominal nº 2, em aço, para perfurações em madeira.	Und	3	35,68	107,04
27	35643	Brocas para concreto Nº 6 - Broca para concreto, diâmetro nominal nº 6, com ponta em metal duro, indicada para perfuração em alvenaria e concreto.	Und	10	15,18	151,80
28	35644	Brocas para concreto Nº 8 - Broca para concreto, diâmetro nominal nº 8, com ponta em metal duro.	Und	10	17,83	178,30
29	35645	Brocas para concreto Nº 10 - Broca para concreto, diâmetro nominal nº 10, com ponta em metal duro.	Und	10	22,86	228,60
30	35646	Brocas para concreto Nº 12 - Broca para concreto, diâmetro nominal nº 12, com ponta em metal duro.	Und	10	28,78	287,80
31	35647	Arco de serra manual em estrutura metálica, com sistema de fixação de lâmina, indicado para cortes em metais e plásticos.	Und	4	93,92	375,68
32	35648	Serra manual para madeira, com lâmina em aço temperado e cabo anatômico, indicada para cortes em madeira.	Und	10	58,22	582,20
33	35649	Disco de corte para esmerilhadeira cortar ferro - Disco abrasivo para corte de metais ferrosos, compatível com esmerilhadeiras padrão, com resistência adequada à rotação	Und	100	5,11	511,00



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
		do equipamento.				
34	35650	Disco para corte de madeira, compatível com serra mármore, fabricado em aço apropriado, com desempenho compatível ao uso profissional.	Und	50	26,11	1.305,50
35	35651	Disco para corte de concreto e alvenaria, compatível com serra mármore, com segmentos ou material abrasivo apropriado.	Und	30	27,66	829,80
36	35652	Par de escovas de carvão compatíveis com serra mármore, destinadas à reposição do componente elétrico.	Und	20	50,48	1.009,60
37	35653	Serra circular elétrica portátil, indicada para cortes em madeira e materiais compatíveis, com potência mínima de 1800w e 5800 rpm em conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60745-1 e 60745-2-5.	Und	2	1.121,35	2.242,70
38	35654	Disco de corte para serra circular, lâmina de 7-1/4" (185 mm) com furo de 20 mm, indicado para madeira, compatível com o equipamento fornecido.	Und	6	67,60	405,60
39	35655	Carrinho de mão com caçamba de capacidade mínima de 50 litros, estrutura metálica, roda pneumática ou maciça, indicado para transporte de materiais.	Und	12	256,98	3.083,76
40	35656	Desempenadeira em material plástico resistente, indicada para acabamento em argamassa e reboco.	Und	10	22,80	228,00
41	35657	Pregos de aço, bitola e comprimento 19 x 36, pacote 1kg.	Und	20	26,25	525,00
42	35658	Pregos de aço, bitola e comprimento 18 x 27, pacote 1kg.	Und	30	26,25	787,50
43	35659	Pregos de aço, bitola e comprimento 22 x 48, pacote 1kg.	Und	20	27,20	544,00
44	35660	Pregos de aço, bitola e comprimento 15 x 18, pacote 1kg.	Und	30	29,67	890,10
45	35661	Rolo para pintura com lã de baixa altura, indicado para superfícies lisas.	Und	30	41,65	1.249,50
46	35662	Cabo para rolo de pintura, compatível com rolos padrão de mercado.	Und	20	17,92	358,40
47	35663	Pincel de 3 polegadas, com cerdas sintéticas	Und	10	29,28	292,80



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
		ou naturais, indicado para pintura em geral.				
48	35664	Pincel de 1 polegada, indicado para acabamento e recortes.	Und	10	10,00	100,00
49	35665	Bandeja plástica para pintura, compatível com rolos de pintura padrão.	Und	15	15,44	231,60
50	35666	Balde de pedreiro - Plástico reforçado, capacidade mínima de 10 litros, indicado para preparo e transporte de materiais.	Und	50	43,47	2.173,50
51	35667	Cadeado metálico, tamanho nº 10, com chave, indicado para travamento de portões e equipamentos.	Und	10	30,74	307,40
52	35668	Cadeado metálico, tamanho nº 20, com chave.	Und	10	56,90	569,00
53	35669	Rolo de 100 metros de corda sintética ou similar, com diâmetro mínimo de 12 mm, indicada para amarrações em geral (NR18).	Und	1	482,67	482,67
54	35670	Serrote manual para madeira, lâmina em aço temperado, cabo ergonômico.	Und	3	124,58	373,74
55	35671	Rolo de fita zebra - Fita de sinalização zebra, preta e amarela, medida mínima 7cm X 200m, em material plástico, indicada para isolamento e sinalização de áreas.	Und	80	31,45	2.516,00
56	35672	Régua em perfil de alumínio, comprimento mínimo de 2 metros, indicada para alinhamento e nivelamento.	Und	4	107,63	430,52
57	35673	Régua em perfil de alumínio, comprimento mínimo de 3 metros.	Und	2	111,17	222,34
58	35674	Pé de cabra - Ferramenta metálica tipo alavanca, em aço, indicada para remoção de pregos e alavancagem.	Und	2	86,57	173,14
59	35675	Marreta com cabeça em aço forjado e cabo resistente, peso nominal de 1 kg.	Und	2	65,62	131,24
60	35676	Marreta com cabeça em aço forjado, peso nominal de 2 kg.	Und	4	114,86	459,44
61	35677	Marreta com cabeça em aço forjado, peso nominal de 3 kg.	Und	2	135,17	270,34
62	35678	Marreta com cabeça em aço forjado, peso nominal de 5 kg.	Und	1	185,05	185,05
63	35679	Pneu compatível com carrinho de mão padrão, indicado para reposição.	Und	20	53,59	1.071,80



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
64	35680	Câmara de ar compatível com pneu de carrinho de mão.	Und	20	26,47	529,40
65	35681	Sabre compatível com corrente de 36 dentes, do tipo oregon, indicado para uso em motosserra.	Und	2	471,00	940,00
66	35682	Corrente para motosserra, com 36 dentes, compatível com sabre correspondente.	Und	5	209,70	1.048,50
67	35683	Martelo tipo unha/ferradura, com cabeça em aço, diâmetro aproximado de 29 mm.	Und	10	85,09	850,90
68	35684	Colher de pedreiro tipo paceta, número 12, lâmina em aço e cabo anatômico, indicada para assentamento de argamassa.	Und	10	55,61	556,10
69	35685	Trena metálica retrátil, comprimento mínimo de 5 metros, com trava, igual ou superior a IRWIN.	Und	15	35,53	532,95
70	35686	Trena de fita longa, comprimento mínimo de 50 metros, indicada para medições externas.	Und	2	143,76	287,52
71	35688	Carretel de linha de nylon para pedreiro, nº 100, indicado para alinhamentos.	Und	20	16,65	333,00
72	35689	Esquadro metálico ou em alumínio, com lado mínimo de 30 cm.	Und	3	36,93	110,79
73	35690	Esquadro metálico ou em alumínio, com lado mínimo de 40 cm.	Und	3	44,80	134,40
74	35691	Nível de bolha, comprimento mínimo de 1 metro, com corpo em alumínio ou material resistente.	Und	3	164,31	492,93
75	35692	Nível de bolha, comprimento mínimo de 60 cm.	Und	3	85,49	256,47
76	35693	Prumo metálico, peso nominal de 500 gramas, indicado para verificação de verticalidade.	Und	2	45,73	91,46
77	35694	Formão para madeira, lâmina em aço temperado, largura de ½ polegada.	Und	3	43,60	130,80
78	35695	Formão para madeira, lâmina em aço temperado, largura de 1 polegada.	Und	5	47,41	237,05
79	35696	Formão para madeira, lâmina em aço temperado, largura de 3 polegadas.	Und	3	54,28	162,84
80	35697	Cavadeira Articulada em Aço carbono com Cabo de Madeira de no mínimo 180 cm de comprimento.	Und	2	142,92	285,84



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
81	35698	Bota de borracha impermeável, cano médio ou longo, solado antiderrapante, tamanho 39.	Par	5	77,60	388,00
82	35699	Bota de borracha impermeável, cano médio ou longo, solado antiderrapante, tamanho 40.	Par	5	77,60	388,00
83	35700	Bota de borracha impermeável, cano médio ou longo, solado antiderrapante, tamanho 41.	Par	5	77,60	388,00
84	35701	Bota de borracha impermeável, cano médio ou longo, solado antiderrapante, tamanho 42.	Par	5	77,60	388,00
85	35702	Bota de borracha impermeável, cano médio ou longo, solado antiderrapante, tamanho 43.	Par	5	77,60	388,00
86	35703	Luva de proteção em malha ou material similar, tamanho G com revestimento pigmentado na palma, indicada para serviços gerais.	Par	50	8,42	421,00
87	35704	Luva de proteção em nitrila, tamanho G, indicada para manuseio de materiais e produtos diversos.	Par	100	17,20	172,00
88	35705	Caneleira de proteção, confeccionada em material resistente a impactos leves, indicada para serviços operacionais.	Par	8	75,67	605,36
89	35706	Avental de raspa de couro, comprimento longo, indicado para proteção do tronco e membros inferiores.	Und	6	98,67	592,02
90	35707	Óculos de proteção com lentes transparentes, com proteção frontal e lateral, indicados contra partículas volantes.	Und	40	15,53	621,20
91	35708	Óculos de proteção com lentes escuras, indicados para proteção contra luminosidade intensa e partículas.	Und	60	11,87	712,20
92	35709	Protetor auricular tipo plug ou concha, indicado para atenuação de ruído ocupacional em atividades operacionais.	Und	50	4,07	203,50

## 5. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

5.1. Esse processo terá um **custo médio de R\$ 107.041,69 (Cento e Sete Mil e Quarenta e Um Reais e Sessenta e Nove Centavos)**, conforme análise de cotação nº 62/2026 gerada pelo sistema elotech.





## 6. QUANTITATIVO A SER REGISTRADO

5.1 Os quantitativos estimados para a presente contratação foram definidos com base no **histórico de consumo do Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**, considerando a demanda contínua das equipes operacionais, a frequência de utilização dos materiais, o desgaste natural decorrente do uso diário e a necessidade de reposição periódica durante o período de 12 (doze) meses.

5.2 Para a composição das quantidades, foram observados os seguintes critérios técnicos:

- **número de equipes operacionais em atividade**, incluindo frentes de limpeza, roçagem, capina, pintura, drenagem e pequenos reparos;
- **rotina média de execução dos serviços urbanos**, com atendimento diário em vias públicas, praças, calçadas, canteiros e demais espaços públicos;
- **vida útil estimada das ferramentas e EPIs**, considerando desgaste, avarias e substituições por perda de eficiência;
- **consumo histórico registrado em exercícios anteriores**, especialmente para itens de maior rotatividade, como vassouras, enxadas, pás, discos, brocas, fios de nylon, botas, luvas e óculos de proteção;
- **necessidade de manutenção de estoque mínimo de segurança**, a fim de evitar paralisações nas atividades por falta de materiais;
- **sazonalidade das demandas**, especialmente em períodos chuvosos, intensificação da vegetação, mutirões de limpeza e recuperação de vias.

5.3 Os quantitativos dos **EPIs** foram estimados com base no número de servidores lotados nas equipes operacionais, na obrigatoriedade de fornecimento individual e na periodicidade de substituição decorrente do uso e da vida útil dos equipamentos.

5.4 Dessa forma, os quantitativos previstos mostram-se **compatíveis com a necessidade real da Administração, suficientes para garantir a continuidade dos serviços durante a vigência da ata e adequados ao princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021**, evitando tanto insuficiência quanto excesso de estoque.

## 7. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

**Projeto/Atividade:** 2034 – Manutenção das Atividades da Infraestrutura;

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.30 – Material de Consumo.

**\* Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade caso houver necessidade.**



## **8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO**

8.1. O julgamento da proposta de preços dar-se-á pelo critério de **menor preço por item**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste instrumento.

## **9. ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS COMO COMUM**

9.1. Conforme o art. 20 da Lei n. 14.133/2021, os bens/serviços descritos neste termo não possuem características de bem de luxo, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

## **10. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

10.1. A execução do objeto ocorrerá de forma **parcelada e sob demanda**, conforme as necessidades do **Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou instrumento contratual.

10.2. O fornecimento será solicitado mediante **emissão de Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente**, contendo a relação dos itens, quantitativos, local de entrega e prazo estabelecido pela Administração.

### **10.3. Forma de execução**

- A contratada deverá realizar o fornecimento dos materiais observando as seguintes diretrizes:
  - ✓ entrega parcelada, conforme cronograma e necessidade da SEMIE;
  - ✓ observância integral às especificações técnicas, marcas de referência (quando houver), padrões de qualidade e normas aplicáveis;
  - ✓ fornecimento de materiais **novos, sem uso, em perfeitas condições e devidamente embalados**;
  - ✓ no caso dos **EPIs**, apresentação de itens com **Certificado de Aprovação (CA) válido**, quando exigido pelas normas regulamentadoras;
  - ✓ substituição imediata dos itens que apresentarem defeito, divergência de especificação ou avarias.

### **10.4. Local e prazo de entrega**

- Os materiais deverão ser entregues no **almoxarifado ou local indicado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**, no Município de Alta Floresta D'Oeste – RO, em horário de expediente.
- O prazo de entrega será de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da solicitação formal, podendo ser ajustado pela Administração conforme a urgência e natureza do item.

### **10.5. Recebimento provisório**

- O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência inicial de:
  - ✓ quantidade;
  - ✓ integridade das embalagens;
  - ✓ compatibilidade entre nota fiscal e autorização de fornecimento;
  - ✓ aparência física dos materiais;
  - ✓ validade e CA dos EPIs, quando aplicável.

### **10.6. Recebimento definitivo**



- O recebimento definitivo será realizado por servidor designado, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, após verificação detalhada das especificações técnicas, qualidade, funcionamento e conformidade com este Termo de Referência.
- Caso sejam identificadas irregularidades, a contratada será notificada para realizar a **substituição ou complementação dos itens no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, sem ônus para a Administração.

#### 10.7. Critério de aceitação

- Somente serão aceitos os materiais que atenderem integralmente às especificações do TR, à proposta vencedora e às normas técnicas aplicáveis, sendo recusados itens com defeito, qualidade inferior, avarias ou em desacordo com as exigências estabelecidas.

### 11. DA OBRIGATORIEDADE DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS TÉCNICAS INDEPENDENTEMENTE DA ORIGEM

9.1 Todos os materiais objeto da presente contratação, **nacionais ou importados**, deverão atender integralmente às **normas técnicas aplicáveis, padrões mínimos de qualidade, segurança, desempenho, durabilidade e conformidade**, independentemente de sua origem, fabricante ou país de procedência.

9.2 A contratada deverá assegurar que as **ferramentas, acessórios, materiais auxiliares e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** fornecidos observem, no que couber:

- **normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;**
- regulamentações do **INMETRO**, quando aplicáveis;
- normas regulamentadoras de **Segurança e Saúde no Trabalho**, especialmente as relacionadas ao fornecimento e uso de EPIs;
- especificações do fabricante quanto ao uso seguro, resistência e vida útil;
- padrões de qualidade equivalentes ou superiores aos exigidos neste Termo de Referência.

9.3 No caso específico dos **EPIs**, será obrigatória a apresentação de itens com **Certificado de Aprovação (CA) válido**, expedido pelo órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme exigência legal, independentemente de serem de fabricação nacional ou estrangeira.

9.4 Para materiais de origem importada, a contratada deverá comprovar, sempre que solicitado pela Administração, que os produtos possuem **equivalência técnica, desempenho compatível e conformidade com os padrões de segurança exigidos no território nacional**, não sendo admitido o fornecimento de itens sem certificação mínima aplicável.

9.5 O descumprimento das normas técnicas ou o fornecimento de materiais em desacordo com os padrões exigidos implicará **recusa do recebimento, substituição imediata do item e aplicação das sanções cabíveis**, sem prejuízo das demais responsabilidades contratuais.



## 12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO se compromete a efetuar o pagamento em até 30 dias, após processamento da nota fiscal pelo setor de execução orçamentária, através de depósito bancário, após a entrega do bem em local designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de Alta Floresta D'Oeste - RO, comprovada a adequação com o disposto no edital.

12.2. Todas as notas fiscais emitidas deverão conter em local de fácil visualização, a indicação do número da Nota de Empenho e os Dados Bancários da empresa.

12.3. A nota fiscal que não estiver de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência não será aprovada e será devolvida para as necessárias correções, oportunidade em que será sobrestado o processo de pagamento até que sejam corrigidos os problemas apontados.

12.4. A devolução da nota fiscal não aproveita pelo setor de pagamento em hipótese alguma servirá de pretexto para suspensão de quaisquer fornecimentos.

12.5. A Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste – RO efetuará o pagamento da nota fiscal, depois de cumpridas as condições de pagamento supracitadas, sendo efetuado a retenção da fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

12.6. Todos os pagamentos estão sujeitos à **ordem cronológica de pagamento** instituída pela Administração Municipal.

12.7. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal e os documentos abaixo relacionados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio da Licitante;
- Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio da Licitante;
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.
- Consulta Simples Nacional no site da Receita Federal para fins de isenção do imposto de renda retido na fonte.

## 13. PENALIDADES

13.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir com as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas as penalidades previstas pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, a saber: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar declaração de inidoneidade.



## 14. HABILITAÇÃO

14.1. Para fins de participação no certame e futura contratação, a licitante deverá comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

### 14.2. Habilitação Jurídica

- A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação de:
  - ✓ ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
  - ✓ documento de eleição dos administradores, quando aplicável;
  - ✓ inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples;
  - ✓ prova de inscrição no **CNPJ**, compatível com o objeto da contratação.

### 14.3. Qualificação Técnica

- Considerando tratar-se de **fornecimento de bens comuns**, a comprovação técnica poderá ser exigida de forma simplificada, mediante:
  - ✓ **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento anterior de materiais compatíveis com o objeto;
  - ✓ quando aplicável aos EPIs, comprovação de fornecimento de itens com **Certificado de Aprovação (CA)** válido;
  - ✓ declaração de que os produtos atendem às normas técnicas da **ABNT, INMETRO e normas de segurança do trabalho**, quando cabíveis.

### 14.4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- A licitante deverá apresentar:
  - ✓ prova de regularidade com a **Fazenda Federal**;
  - ✓ prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**;
  - ✓ prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**;
  - ✓ **CRF/FGTS**;
  - ✓ **CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**;
  - ✓ declaração de cumprimento do disposto no **art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal** (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores).

### 14.5. Qualificação Econômico-Financeira

- A qualificação econômico-financeira será comprovada por:
  - ✓ **certidão negativa de falência ou recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da empresa;
  - ✓ balanço patrimonial e demonstrações contábeis, quando exigidos no edital, observadas as hipóteses legais para microempresas e empresas de pequeno porte.

### 14.6. Disposições Complementares

- A documentação de habilitação poderá ser apresentada em meio eletrônico, por sistema oficial do pregão, admitida consulta aos cadastros oficiais e certidões emitidas via internet.
- A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade dos documentos apresentados, bem como solicitar complementação de informações, na forma da lei.



## 15. LOCAL E PRAZO DA ENTREGA

15.1. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado Central, situado na Avenida Minas Gerais nº. 4626, Bairro Cidade Alta, Alta Floresta D'Oeste/RO, CEP 76.954-000. Sendo que o mesmo tem horário de funcionamento de segunda a sexta feira, das 07:30hrs às 13:30 horas.

15.2. A empresa vencedora terá o **prazo máximo de até 30 (Trinta) dias para entregar o objeto**, a contar do recebimento da nota de empenho, independente da sede da empresa vencedora.

## 16. INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E/OU CANCELAMENTO DA ATA

16.1. A inexecução contratual ensejará na extinção do instrumento contratual e/ou o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do Capítulo VIII – DAS HIPÓTESES DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS, da lei n. 14.133, nos seguintes modos:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16.2. O descumprimento, por parte da vencedora da licitação, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegura a Administração Pública o direito de extinguir o instrumento contratual e de cancelar a ata de registro de preços a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

16.3. O cancelamento unilateral, com fundamento do inciso I do art. 138 e art. 139 da Lei n. 14.133/2021, sujeitará a vencedora da licitação à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do item ou itens acerca do qual foi verificado o descumprimento por parte da vencedora da licitação, independente de outras penalidades.

16.4. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, observando-se o contraditório e ampla defesa.

## 17. DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Nos termos do art. 9º do Decreto nº 11.462/2023, a adoção do Sistema de Registro de Preços pressupõe, como regra geral, ser realizado o procedimento público de intenção de registro de preços IRP, por isso foi aprovado pelo gestor a utilização da Ata, para fins de possibilitar a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

## 18. DEMAIS CONDIÇÕES DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1. O processo deverá gerar ata de registro de preço, ocorrendo as solicitações de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.





18.2. À(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar será assegurado o direito de preferência ao registro de preço em ata.

18.3. A ata de registro de preços é um documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para eventual e futura aquisição, na tal se registra a(s) licitante(s) classificada(s) e o(s) item(s) com o(s) respectivo(s) valor(es) unitário(s) e total(is).

18.4. A existência do preço registrado não obriga as secretarias a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurada à vencedora da licitação preferência em igualdade de condições.

18.5. Homologado o procedimento, será convocado a primeira classificada, em ordem crescente de preços, para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação por escrito, assinar a(s) respectiva(s) ata(s) de registro de preços, cuja minuta integra o Edital, sob pena de decair o direito ao registro de preços.

18.6. O prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, que por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Pública.

18.7. Caso a vencedora não assine a ARP será imediatamente convocada a licitante participante do cadastro reserva, obedecida a ordem dos lances, para comprovar o cumprimento das especificações do edital e as condições de habilitação.

18.8. Ao assinar(em) a(s) ata(s), a(s) licitante(s) vencedora(s) passará(ão) à denominação de detentora(s) da ata, comprometendo-se a cumprir todas as condições determinadas no Edital e na proposta apresentada.

18.9. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada o preço vantajoso.

18.10. A formalização do pedido de entrega do(s) produto(s) dar-se-á por intermédio do instrumento denominado Nota de Empenho.

18.11. O envio da Nota de Empenho dar-se-á, preferencialmente, por meio de comunicação eletrônica, para o e-mail fornecido pela vencedora da licitação, ficando sob responsabilidade desta qualquer alteração de endereço eletrônico.

18.12. Caso não seja possível o envio da Nota de Empenho por meio de comunicação eletrônica, serão utilizados outros meios de comunicação previstos em lei, devendo a vencedora da licitação retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

18.13. O recebimento da Nota de Empenho obrigará a vencedora da licitação a efetuar a entrega do objeto pelo valor registrado.

18.14. No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento da ata de registro de preços, sujeitando-se a vencedora da licitação às sanções administrativas pertinentes.



## 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no edital, na Ata de Registro de Preços e neste Termo de Referência:

### ➤ **Obrigações gerais**

- fornecer os materiais de forma **parcelada e sob demanda**, conforme solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE;
- cumprir integralmente as especificações técnicas, quantitativos, marcas de referência (quando houver) e padrões mínimos de qualidade definidos neste TR;
- entregar os materiais **novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, conservação e embalagem**;
- responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, frete, carga, descarga, tributos, seguros, mão de obra e demais despesas;
- manter, durante toda a vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

### ➤ **Obrigações quanto à entrega**

- realizar as entregas no prazo estabelecido pela Administração, no local indicado na Autorização de Fornecimento;
- substituir, no prazo máximo definido pela fiscalização, os itens entregues com defeito, avarias, vícios, divergência de especificação ou qualidade inferior;
- complementar imediatamente os quantitativos entregues a menor;
- garantir que os materiais sejam acondicionados e transportados de forma adequada, evitando danos ou perdas.

### ➤ **Obrigações específicas dos EPIs**

- fornecer EPIs em conformidade com as normas de segurança do trabalho aplicáveis;
- apresentar, quando exigido, **Certificado de Aprovação (CA) válido**, expedido pelo órgão competente;
- assegurar que os EPIs possuam qualidade, resistência, ergonomia e proteção compatíveis com a atividade a que se destinam;
- responsabilizar-se pela substituição de EPIs com defeito de fabricação ou fora dos padrões de segurança.

### ➤ **Obrigações administrativas**



- comunicar imediatamente à Administração qualquer fato que possa comprometer o prazo, a qualidade ou a regularidade do fornecimento;
- indicar preposto ou representante para tratar das demandas relacionadas à execução da ata/contrato;
- atender prontamente às notificações emitidas pelo fiscal do contrato ou gestor da ata;
- responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo no fornecimento.

## 19.2 Responsabilidade pela conformidade

- A contratada responderá integralmente pela **qualidade, origem, conformidade técnica e segurança dos materiais fornecidos**, independentemente do fabricante, marca ou procedência, obrigando-se à substituição de qualquer item recusado no recebimento provisório ou definitivo.

## 20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, no edital, na Ata de Registro de Preços e neste Termo de Referência:

### ➤ Obrigações administrativas

- formalizar as solicitações de fornecimento por meio de **Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou documento equivalente**, contendo os itens, quantitativos, local e prazo de entrega;
- designar servidor responsável pela **gestão e fiscalização da ata/contrato**, para acompanhamento da execução do objeto;
- disponibilizar local adequado para recebimento, conferência e armazenamento dos materiais;
- prestar à contratada as informações necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

### ➤ Obrigações quanto ao recebimento

- realizar o **recebimento provisório e definitivo** dos materiais, observando os critérios estabelecidos neste TR;
- conferir quantidade, especificações, integridade, validade e qualidade dos materiais entregues;
- recusar, total ou parcialmente, itens em desacordo com as exigências do Termo de Referência, da proposta vencedora ou das normas técnicas aplicáveis;
- notificar a contratada para substituição, complementação ou regularização dos itens rejeitados.

### ➤ Obrigações financeiras

- efetuar o pagamento devido à contratada no prazo e condições estabelecidos no edital, na ata e neste TR, após o recebimento definitivo e atesto da nota fiscal;
- promover a reserva orçamentária e os empenhos necessários às aquisições decorrentes da ata, conforme disponibilidade financeira.



➤ **Obrigações de fiscalização e controle**

- acompanhar a execução do fornecimento, registrando ocorrências e eventuais não conformidades;
- aplicar, quando cabível, as medidas administrativas e sanções previstas em caso de inadimplemento;
- controlar o consumo dos materiais por equipe e frente de serviço, garantindo uso racional e reposição adequada;
- zelar pelo correto armazenamento e distribuição das ferramentas e EPIs.

➤ **Obrigações quanto à segurança e uso**

- No caso específico dos **EPIs**, caberá à contratante promover a correta distribuição aos servidores, orientar quanto ao uso adequado e realizar o controle de substituição periódica conforme desgaste e vida útil.

## 21. Multas e sanções administrativas

18.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, A Lei 14.133/2021 e responsabilidades civil e criminal:

a) Até 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do edital/termo de referência, prioritariamente prazo de entrega.

b) Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrarem o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à administração municipal pelo infrator:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

c) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.



## **22. DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Reserva-se à Administração o direito de convocar o licitante para atualizar/complementar as informações apresentadas, para efeito de julgamento da aceitabilidade da proposta.

22.2. O contratado que de alguma forma contribua para pôr em risco a legalidade, lisura e transparência dos certames licitatórios da Administração Pública, com condutas comissivas ou omissivas, ficará sujeito às mais graves sanções administrativas previstas no contrato, sujeitando-se ainda às demais cominações e não se afastando a possibilidade de arcar perdas e danos que essa Administração venha a sofrer.

22.3. Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.

22.4. As comunicações oficiais referentes à presente execução dos serviços poderão ser realizadas através de correio eletrônico corporativo, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (e-mail) incluído na proposta ou documento apresentados pela empresa.

22.5. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerado válida, na ausência de confirmação, a comunicação da data do termino do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

## **23. LOCAL E DATA, ASSINATURA DO ÓRGÃO INTERESSADO E DO ORDENADOR DE DESPESAS**

Alta Floresta D'Oeste – RO, 15 de abril de 2026

Aprovo o presente Termo de Referência.

*Ederson Luiz Savegnago*

Secretário Municipal  
De Infraestrutura

*Giovan Damo*

Prefeito Municipal  
Alta Floresta D'Oeste – RO  
Gestão 2025 – 2028

O presente termo de referência foi elabora por:

*Joel Henrique Duarte*  
Matrícula 6048



# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – LEI 14.133

## 1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** tem por finalidade demonstrar a necessidade, a viabilidade e a melhor solução para a **aquisição de ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** destinados ao atendimento das demandas do **Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**, do Município de Alta Floresta D'Oeste – RO.

1.2. A contratação pretendida visa assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais relacionados à conservação e manutenção da infraestrutura urbana, compreendendo atividades de limpeza, capina, roçagem, reparos em vias, drenagem, manutenção de praças, calçadas, canteiros e demais serviços correlatos executados pelas equipes operacionais da secretaria.

1.3. A elaboração deste ETP observa os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021**, buscando identificar a solução mais adequada para suprir as necessidades da Administração, garantir melhores condições de trabalho aos servidores e promover a segurança no desempenho das atividades, mediante a disponibilização de ferramentas apropriadas e EPIs compatíveis com os riscos ocupacionais.

1.4. Nesse contexto, o presente estudo apresenta a análise da demanda, os resultados pretendidos, os requisitos da contratação, a estimativa de quantidades, a pesquisa de preços e os elementos técnicos necessários para subsidiar a futura contratação, preferencialmente por meio de **Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços**, em razão da natureza contínua e parcelada do consumo.

## 2. OPÇÕES DE SOLUÇÕES A SEREM CONSIDERADAS

2.1. Para atendimento da necessidade identificada, foram analisadas as possíveis soluções disponíveis à Administração Pública, considerando critérios de viabilidade técnica, economicidade, continuidade dos serviços e segurança dos servidores.

### **Opção 1 – Utilização exclusiva do estoque atualmente disponível**

Consiste na manutenção das atividades com o uso apenas das ferramentas e EPIs remanescentes em estoque.

#### **Análise:**

Alternativa considerada **inviável**, tendo em vista que parte significativa dos materiais encontra-se desgastada, com avarias e em quantidade insuficiente para atender a demanda contínua do Setor de Manutenção Urbana, podendo comprometer a produtividade e a segurança das equipes.

### **Opção 2 – Locação de ferramentas e equipamentos**

Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento temporário, por locação, de parte das ferramentas necessárias às atividades operacionais.

#### **Análise:**

Embora tecnicamente possível para equipamentos de maior porte, a alternativa mostra-se





**antieconômica e inadequada** para ferramentas de uso contínuo e materiais de consumo/EPIs, além de não atender de forma eficiente a reposição diária de itens de desgaste rápido.

### **Opção 3 – Aquisição parcelada sob demanda por Sistema de Registro de Preços**

Consiste na realização de processo licitatório para futura e eventual aquisição de ferramentas e EPIs, com fornecimento parcelado conforme necessidade da SEMIE, por meio de **Pregão Eletrônico no Sistema de Registro de Preços (SRP)**.

#### **Análise:**

Esta alternativa mostra-se a **mais adequada e vantajosa**, pois possibilita maior planejamento das aquisições, redução de custos com estoque excessivo, reposição conforme consumo real, melhor controle dos materiais e garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais.

## **3. RESULTADO DA ANÁLISE**

3.1. Após análise das alternativas, conclui-se que a **Opção 3 representa a solução mais eficiente, econômica e aderente ao interesse público**, atendendo plenamente às necessidades operacionais do Setor de Manutenção Urbana

## **4. RECOMENDAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA**

4.1 Após a análise das alternativas possíveis para atendimento da demanda do **Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**, conclui-se que a solução mais adequada consiste na **aquisição futura e eventual de ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), por meio de Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços (SRP), com fornecimento parcelado conforme a necessidade da Administração.**

4.2 A solução recomendada apresenta maior aderência às necessidades operacionais da Secretaria, considerando que os materiais possuem **consumo contínuo, reposição periódica e utilização diretamente vinculada à execução dos serviços de limpeza, conservação, roçagem, reparos urbanos, drenagem, pintura e pequenos serviços de manutenção predial e viária.**

4.3 A adoção do **Sistema de Registro de Preços** mostra-se tecnicamente vantajosa por permitir flexibilidade nas aquisições, evitando formação de estoque excessivo, reduzindo riscos de perda, deterioração ou obsolescência dos materiais, além de possibilitar melhor gestão orçamentária e financeira.

4.4 Sob o aspecto da segurança do trabalho, a aquisição dos **EPIs adequados** assegura melhores condições laborais aos servidores, contribuindo para redução de acidentes, atendimento às normas regulamentadoras e preservação da integridade física das equipes operacionais.

4.5 Além disso, a solução garante maior eficiência administrativa, economicidade e continuidade dos serviços públicos essenciais, atendendo ao interesse público e às exigências de planejamento estabelecidas pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

4.6 Dessa forma, **recomenda-se a formalização da contratação por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico – SRP, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo**



ser renovada por igual período se assim comprovada a vantajosidade, com quantitativos estimados conforme histórico de consumo e demanda operacional da SEMIE.

## 5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

5.1. A contratação pretendida decorre da necessidade de garantir a **continuidade dos serviços executados pelo Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**, responsáveis pela conservação, limpeza e recuperação da infraestrutura pública do Município de Alta Floresta D'Oeste – RO.

5.2. As equipes operacionais desempenham rotineiramente atividades de **capina, roçagem, varrição, poda, remoção de resíduos, manutenção de drenagem, pequenos reparos em calçadas, meios-fios, praças, canteiros, pintura, serviços de alvenaria e apoio à manutenção viária**, demandando ferramentas adequadas e EPIs compatíveis com os riscos inerentes às atividades.

5.3. Atualmente, verifica-se que parte dos materiais disponíveis apresenta **desgaste decorrente do uso contínuo, avarias mecânicas, perda de eficiência e insuficiência quantitativa**, o que compromete o desempenho das equipes e pode ocasionar paralisações parciais dos serviços.

5.4. No que se refere aos **Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, a necessidade está diretamente relacionada à proteção dos servidores durante a execução das atividades operacionais, sendo indispensável a reposição periódica em razão do desgaste natural, vida útil limitada e exigência de observância às normas de segurança e medicina do trabalho.

5.5. A não realização da contratação poderá gerar **prejuízos à continuidade dos serviços públicos essenciais, aumento do risco de acidentes, redução da produtividade operacional e comprometimento da manutenção da infraestrutura urbana**, impactando diretamente a qualidade do atendimento prestado à população.

5.6. Dessa forma, a contratação é necessária para assegurar **eficiência, segurança, economicidade e regularidade na prestação dos serviços públicos de manutenção urbana**, em observância ao interesse público e ao adequado planejamento administrativo.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução proposta consiste na **futura e eventual aquisição de ferramentas, materiais auxiliares e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** destinados ao atendimento das demandas do **Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**, por meio de **Pregão Eletrônico, na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com fornecimento parcelado conforme a necessidade da Administração.

6.2. A contratação contemplará ferramentas manuais, acessórios para equipamentos de corte e roçagem, materiais para pequenos reparos, itens de apoio à manutenção predial e viária, bem como EPIs indispensáveis à execução segura das atividades operacionais desenvolvidas pelas equipes da secretaria.

6.3. A solução foi estruturada para permitir **reposições contínuas e planejadas**, observando o histórico de consumo, a sazonalidade das demandas, o desgaste natural dos materiais e a necessidade de pronta disponibilidade para atendimento dos serviços de limpeza urbana, conservação de vias, manutenção de drenagem, roçagem, poda, pintura, pequenos serviços de construção civil e apoio às frentes de trabalho.



6.4. A adoção do **Sistema de Registro de Preços** possibilita maior flexibilidade na gestão do fornecimento, evitando aquisições excessivas, minimizando custos com armazenagem e reduzindo riscos de perdas, deterioração ou obsolescência dos materiais, ao mesmo tempo em que assegura a disponibilidade dos itens durante todo o período de vigência da ata.

6.5. Quanto aos EPIs, a solução contempla a disponibilização de itens adequados às funções exercidas pelos servidores, de modo a atender às exigências de segurança do trabalho, preservar a integridade física das equipes e reduzir a ocorrência de acidentes durante a execução das atividades.

6.6. Dessa forma, a solução como um todo atende aos princípios da **eficiência, economicidade, planejamento, segurança ocupacional e continuidade do serviço público**, garantindo suporte material adequado às equipes responsáveis pela manutenção urbana do município.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DA SOLUÇÃO

7.1. O Parcelamento da solução é a regra, conforme disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, optou-se pela licitação por itens para que se tenha ampla concorrência, aumentando a competitividade dos objetos.

## 8. BENS DE CONSUMO (COMUM E LUXO)

8.1. Conforme o art. 20 da Lei n. 14.133/2021, os bens/serviços descritos neste ETP não possuem características de bem de luxo, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

## 9. RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Com a futura contratação para aquisição de **ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**, pretende-se alcançar resultados que assegurem maior eficiência operacional, segurança dos servidores e continuidade dos serviços públicos executados pelo **Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**.

9.2. Os principais resultados esperados são:

- **Garantir a continuidade dos serviços de manutenção urbana**, evitando interrupções por falta de ferramentas e materiais indispensáveis às equipes operacionais;
- **Elevar a produtividade das frentes de trabalho**, mediante disponibilização de ferramentas adequadas, em boas condições de uso e compatíveis com a natureza das atividades;
- **Reduzir o tempo de execução dos serviços**, proporcionando maior agilidade no atendimento das demandas de limpeza, conservação e reparos urbanos;
- **Promover melhores condições de segurança e saúde ocupacional**, com fornecimento regular de EPIs apropriados aos riscos inerentes às atividades desempenhadas;
- **Minimizar riscos de acidentes de trabalho**, afastamentos e prejuízos decorrentes da utilização de equipamentos inadequados ou desgastados;
- **Melhorar a qualidade dos serviços prestados à população**, especialmente na conservação de vias, praças, drenagem, roçagem, pintura e pequenos reparos estruturais;
- **Aprimorar a gestão dos materiais**, por meio de aquisições parceladas e planejadas via Sistema de Registro de Preços, reduzindo desperdícios e otimizando os recursos públicos.



9.3. Dessa forma, a contratação contribuirá diretamente para o fortalecimento da capacidade operacional da SEMIE, para a preservação da infraestrutura pública municipal e para a melhoria da prestação dos serviços essenciais à coletividade.

## 10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

10.1. Para a adequada implementação da solução proposta, a Administração deverá adotar previamente as providências administrativas, técnicas e operacionais necessárias à efetivação da contratação e ao regular fornecimento dos materiais.

10.2. Dentre as principais providências, destacam-se:

- **Formalização do Documento de Formalização da Demanda (DFD)**, contendo a justificativa da necessidade, quantitativos estimados e setor requisitante;
- **Conclusão do Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, consolidando a análise da necessidade, as alternativas avaliadas e a solução recomendada;
- **Elaboração do Termo de Referência**, com especificações técnicas detalhadas dos 92 itens, critérios de recebimento, obrigações das partes, forma de pagamento, sanções e demais condições da contratação;
- **Realização da pesquisa de preços**, com base em lojas especializadas online, contratações similares e fontes oficiais, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- **Reserva orçamentária**, quando aplicável, e planejamento financeiro para futuras aquisições decorrentes da ata de registro de preços;
- **Abertura do competente processo licitatório**, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses;
- **Designação de servidor responsável pela gestão e fiscalização da ata/contrato**, para acompanhamento do fornecimento, recebimento dos materiais e controle de consumo;
- **Organização do almoxarifado ou local de armazenamento**, garantindo condições adequadas para guarda, controle e distribuição dos materiais e EPIs;
- **Planejamento interno de distribuição por equipe e frente de serviço**, visando o uso racional dos itens e reposição conforme demanda operacional.

10.3. A adoção dessas providências permitirá maior segurança jurídica ao processo, melhor planejamento administrativo e efetiva implementação da solução, assegurando a continuidade dos serviços públicos prestados pela SEMIE.

## 11. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

11.1 A contratação para aquisição de **ferramentas, materiais auxiliares e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** destinados ao Setor de Manutenção Urbana poderá gerar impactos ambientais pontuais, principalmente relacionados ao **descarte de materiais inservíveis, embalagens, peças de reposição, acessórios desgastados e EPIs com vida útil esgotada**.

11.2 Entre os principais impactos identificados, destacam-se:

- geração de resíduos sólidos provenientes de embalagens plásticas, papelão, metais e componentes diversos;
- descarte de ferramentas danificadas, discos abrasivos, brocas, lâminas, fios de nylon e peças de reposição;
- substituição periódica de EPIs, como botas, luvas, óculos e protetores auriculares;
- possível descarte de componentes metálicos e materiais cortantes ou perfurantes.



11.1 Como medidas de tratamento e mitigação, a Administração deverá adotar:

- **segregação adequada dos resíduos gerados**, separando materiais recicláveis, metálicos, plásticos e rejeitos;
- **destinação ambientalmente adequada das embalagens**, priorizando reciclagem e reaproveitamento quando possível;
- **descarte controlado de ferramentas e acessórios inservíveis**, observando as normas municipais de resíduos sólidos;
- **recolhimento e substituição programada de EPIs vencidos ou danificados**, evitando reutilização inadequada;
- **priorização**, sempre que possível, de materiais com maior durabilidade, qualidade e menor geração de resíduos;
- **orientação às equipes quanto ao uso racional dos materiais**, visando redução de perdas e desperdícios;
- **observância às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010**, no que couber.

11.3 Dessa forma, os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados **de baixa relevância e plenamente mitigáveis**, desde que observadas as medidas de controle, descarte e uso racional dos materiais.

## 12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (OU NÃO) DA CONTRATAÇÃO

12.1. Após a Diante das análises realizadas no presente **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, conclui-se que a contratação para **aquisição de ferramentas, materiais auxiliares e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** destinados ao **Setor de Manutenção Urbana da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMIE**, do Município de Alta Floresta D'Oeste – RO, mostra-se **tecnicamente viável, administrativamente necessária e economicamente vantajosa**.

12.2. A solução recomendada, consistente na realização de **Pregão Eletrônico, na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP), com fornecimento parcelado pelo período de 12 (doze) meses**, apresenta aderência integral às necessidades operacionais da Secretaria, possibilitando reposição contínua dos materiais, melhor gestão do estoque, otimização dos recursos públicos e continuidade dos serviços essenciais de manutenção urbana.

12.3. A pesquisa de preços realizada em **lojas especializadas online, contratações similares, Painel de Preços e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, inclusive com referências de mercado no Estado de Rondônia, demonstrou compatibilidade dos valores estimados com a realidade regional, conferindo maior segurança à formação do preço de referência.

12.4. Sob o aspecto operacional, a contratação proporcionará **maior produtividade das equipes, redução do tempo de execução dos serviços, reposição adequada dos EPIs, mitigação dos riscos de acidentes e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população**, especialmente nas atividades de limpeza, roçagem, conservação de vias, drenagem, pintura e pequenos reparos estruturais.

12.5. Quanto aos impactos ambientais, verificou-se que são de **baixa relevância e plenamente mitigáveis**, mediante descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados, reaproveitamento de embalagens e reposição racional dos materiais.



12.6. Dessa forma, **opina-se favoravelmente pela viabilidade da contratação**, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo com a elaboração do **Termo de Referência, reserva orçamentária, pesquisa definitiva de preços e posterior instauração do procedimento licitatório**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **13. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP**

Alta Floresta D'Oeste – RO, 14 de abril de 2026.

*Joel Henrique Duarte*  
Matricula 6048





## ANEXO II

### CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação. Encerrada a fase de lances e negociação, o(a) pregoeiro(a) solicitará dos licitantes classificados provisoriamente em primeiro lugar, o envio da Documentação de Habilitação exclusivamente via Sistema, observado o prazo limite de até 02 (duas) horas, conforme descrito no preâmbulo deste edital.

#### 1-HABILITAÇÃO JURIDICA:

Documentos de Identidade e do CPF do representante legal da licitante.

Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (cartão CNPJ);

Contrato Social ou instrumento equivalente, em vigor; que comprove o ramo de atividade da empresa, o qual deverá ser compatível com o objeto do Pregão.

#### 2-QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal (se houver), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de Regularidade com a Fazenda **Federal**.

Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.

Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.

Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**.

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT**(Lei nº 12.440/11).

**Declaração Conjunta** conforme modelo, Anexo V deste edital e/ou DECLARAÇÃO ÚNICA, disponível no rol HABILITANET do sistema LICITANET.

#### 3- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- Considerando tratar-se de **fornecimento de bens comuns**, a comprovação técnica poderá ser exigida de forma simplificada, mediante:
  - ✓ **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento anterior de materiais compatíveis com o objeto;
  - ✓ quando aplicável aos EPIs, comprovação de fornecimento de itens com **Certificado de Aprovação (CA)** válido;
    - a) declaração de que os produtos atendem às normas técnicas da **ABNT, INMETRO e normas de segurança do trabalho**, quando cabíveis.

#### 4 -QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de **Falência ou Recuperação Financeira** expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias caso não conste o prazo de validade.

*Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;*

Balanco patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser



atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

- *O Balanço Patrimonial deverá possuir:*
- índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da parcela pertinente;
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

## DECLARAÇÕES:(Anexo V)

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- ✓ Que não utiliza de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos



- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60:

§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

## **5- OUTRAS DISPOSIÇÕES:**

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art.43 da Lei Complementar nº 123/06.

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 155 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias para a Certidão de Falência e Recuperação Judicial, e emitidos nos últimos 60(sessenta) dias para as demais.

O pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), [www.sefin.ro.gov.br](http://www.sefin.ro.gov.br), [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br), [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), [www.tj.ro.gov.br](http://www.tj.ro.gov.br) e [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br), respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.



**ANEXO III**  
**ESTIMATIVA DE CUSTOS**  
**(Relação de Itens)**

Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
1	35617	Vassoura de madeira com cabo para uso em serviços de limpeza urbana e manutenção de vias públicas, confeccionada em base de madeira, com fibras rígidas de alta resistência, dimensões mínimas de 375 x 65 mm, com cabo acoplado, adequada para varrição de resíduos sólidos leves e médios, com resistência compatível ao uso contínuo	Und	150	54,09	8.113,50
2	35618	Vassoura de arrame regulável metálico tipo rastelo, com no mínimo 22 dentes em aço, sistema de regulagem, com cabo em madeira, indicada para limpeza pesada, remoção de resíduos, folhas e detritos em áreas externas, apresentando resistência mecânica adequada ao uso contínuo.	Und	150	49,65	7.447,50
3	35619	Enxada sem cabo – tipo LP 2,5, fabricada em aço carbono, destinada a serviços de capina, revolvimento e preparo de solo, com dimensões mínimas de 35 x 25 x 10 cm, compatível com cabos padrão de mercado.	Und	50	54,32	2.716,00
4	35620	Enxada sem cabo – tipo LP 3,0, fabricada em aço carbono, indicada para serviços de manutenção urbana, abertura e limpeza de valas, com dimensões mínimas de 18 x 31 x 12 cm, compatível com cabo padrão.	Und	50	73,70	3.685,00
5	35621	Cabo de enxada, confeccionado em madeira resistente, com comprimento mínimo de 130 cm, acabamento adequado para fixação.	Und	100	22,67	2.267,00
6	35622	Carretel stihl trimcut 42-2 - aplicação 290, destinado ao uso em serviços de roçagem, com resistência adequada à operação contínua.	Und	100	218,42	21.842,00
7	35623	Rolo de fio de corte em nylon para roçadeira, com comprimento mínimo de 200 metros e espessura mínima de 3 mm, indicado para corte de vegetação leve e média, com resistência à abrasão.	Und	10	527,33	5.273,30
8	35624	Pá quadrada nº3, fabricada em aço carbono, com cabo em madeira, largura mínima da	Und	20	46,74	934,80



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
		lâmina de 24 cm, comprimento mínimo da lâmina de 28 cm, cabo com no mínimo 120 cm, comprimento total mínimo de 144 cm, destinada a serviços de escavação, movimentação e carga de materiais.				
9	35625	Pá de bico nº3, fabricada em aço carbono, com cabo em madeira, largura mínima de 24 cm, comprimento mínimo da lâmina de 28 cm, cabo com no mínimo 120 cm e comprimento total mínimo de 144 cm, indicada para abertura de valas e escavações em solos compactados.	Und	20	67,88	1.357,60
10	35626	Lima chata metálica, com comprimento mínimo de 8 polegadas, indicada para afiação de enxadas e ferramentas similares, com dentes uniformes e resistência ao desgaste.	Caixa	4	228,54	914,16
11	35627	Facão para serviços de limpeza e manejo de vegetação, com lâmina em aço, comprimento mínimo de lâmina de 35 cm, cabo com no mínimo 12 cm, comprimento total mínimo de 47 cm e espessura mínima da lâmina de 2,0 mm.	Und	20	49,48	989,60
12	35628	Picareta tipo avião, forjada em aço carbono, com peso aproximado de 4 libras, largura mínima da ferramenta de 451 mm, olho de fixação de 70 x 45 mm, com cabo em madeira de comprimento mínimo de 90 cm, indicada para quebra de solo e materiais compactos.	Und	50	140,83	7.041,50
13	35629	Barra de alavanca fabricada em aço carbono de alta resistência, com comprimento mínimo de 2 metros, destinada a serviços de movimentação, alavancagem e remoção de materiais pesados.	Und	4	318,90	1.275,60
14	35630	Cavadeira tipo boca de lobo, tamanho médio, fabricada em aço carbono, indicada para abertura de buracos e fundações em serviços de manutenção urbana.	Und	2	188,37	376,74
15	35631	Brocha para pintura e aplicação de produtos líquidos, com cerdas resistentes, tamanho médio, indicada para serviços de manutenção predial e urbana.	Und	6	16,87	101,22
16	35632	Lima tipo limatão fino, fabricada em aço	Caixa	2	90,20	180,40



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
		temperado, indicada para desbaste e acabamento de superfícies metálicas, com desempenho compatível ao uso contínuo.				
17	35633	Enxada grande - Ferramenta manual tipo enxada, fabricada em aço carbono, indicada para serviços pesados de escavação, abertura de valas e limpeza de terrenos.	Und	6	83,13	498,78
18	35634	Foice tipo LP - fabricada em aço carbono, com dimensões mínimas de 21 x 3,5 x 12 cm, indicada para corte de vegetação e limpeza de áreas externas.	Und	3	60,80	182,40
19	35635	Brocas para madeira Nº 2,5 - Broca helicoidal para madeira, diâmetro nominal nº 2,5, fabricada em aço adequado para perfuração em madeira, compatível com furadeiras manuais e elétricas.	Und	30	8,82	264,60
20	35636	Brocas para madeira Nº 3 - Broca helicoidal para madeira, diâmetro nominal nº 3, fabricada em aço adequado para perfuração em madeira, compatível com equipamentos manuais e elétricos.	Und	30	8,32	249,60
21	35637	Brocas para madeira Nº 6 - Broca helicoidal para madeira, diâmetro nominal nº 6, fabricada em aço apropriado, indicada para perfuração em madeira maciça, compensados e derivados.	Und	20	15,13	302,60
22	35638	Brocas para madeira Nº 8 - Broca helicoidal para madeira, diâmetro nominal nº 8, em aço, compatível com furadeiras manuais e elétricas.	Und	20	23,52	470,40
23	35639	Brocas para madeira Nº 10 - Broca helicoidal para madeira, diâmetro nominal nº 10, em aço, indicada para uso geral em serviços de manutenção.	Und	20	38,06	761,20
24	35640	Brocas chatas para madeira Nº ½ - Broca chata para madeira, diâmetro nominal ½", em aço, indicada para perfuração rápida em madeira.	Und	3	17,87	53,61
25	35641	Brocas chatas para madeira Nº 1 - Broca chata para madeira, diâmetro nominal nº 1, em aço, para uso em madeira e derivados.	Und	3	24,63	73,89
26	35642	Brocas chatas para madeira Nº 2 - Broca chata	Und	3	35,68	107,04





Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
		para madeira, diâmetro nominal nº 2, em aço, para perfurações em madeira.				
27	35643	Brocas para concreto Nº 6 - Broca para concreto, diâmetro nominal nº 6, com ponta em metal duro, indicada para perfuração em alvenaria e concreto.	Und	10	15,18	151,80
28	35644	Brocas para concreto Nº 8 - Broca para concreto, diâmetro nominal nº 8, com ponta em metal duro.	Und	10	17,83	178,30
29	35645	Brocas para concreto Nº 10 - Broca para concreto, diâmetro nominal nº 10, com ponta em metal duro.	Und	10	22,86	228,60
30	35646	Brocas para concreto Nº 12 - Broca para concreto, diâmetro nominal nº 12, com ponta em metal duro.	Und	10	28,78	287,80
31	35647	Arco de serra manual em estrutura metálica, com sistema de fixação de lâmina, indicado para cortes em metais e plásticos.	Und	4	93,92	375,68
32	35648	Serra manual para madeira, com lâmina em aço temperado e cabo anatômico, indicada para cortes em madeira.	Und	10	58,22	582,20
33	35649	Disco de corte para esmerilhadeira cortar ferro - Disco abrasivo para corte de metais ferrosos, compatível com esmerilhadeiras padrão, com resistência adequada à rotação do equipamento.	Und	100	5,11	511,00
34	35650	Disco para corte de madeira, compatível com serra mármore, fabricado em aço apropriado, com desempenho compatível ao uso profissional.	Und	50	26,11	1.305,50
35	35651	Disco para corte de concreto e alvenaria, compatível com serra mármore, com segmentos ou material abrasivo apropriado.	Und	30	27,66	829,80
36	35652	Par de escovas de carvão compatíveis com serra mármore, destinadas à reposição do componente elétrico.	Und	20	50,48	1.009,60
37	35653	Serra circular elétrica portátil, indicada para cortes em madeira e materiais compatíveis, com potência mínima de 1800w e 5800 rpm em conformidade com as normas ABNT NBR IEC 60745-1 e 60745-2-5.	Und	2	1.121,35	2.242,70



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
38	35654	Disco de corte para serra circular, lâmina de 7-1/4" (185 mm) com furo de 20 mm, indicado para madeira, compatível com o equipamento fornecido.	Und	6	67,60	405,60
39	35655	Carrinho de mão com caçamba de capacidade mínima de 50 litros, estrutura metálica, roda pneumática ou maciça, indicado para transporte de materiais.	Und	12	256,98	3.083,76
40	35656	Desempenadeira em material plástico resistente, indicada para acabamento em argamassa e reboco.	Und	10	22,80	228,00
41	35657	Pregos de aço, bitola e comprimento 19 x 36, pacote 1kg.	Und	20	26,25	525,00
42	35658	Pregos de aço, bitola e comprimento 18 x 27, pacote 1kg.	Und	30	26,25	787,50
43	35659	Pregos de aço, bitola e comprimento 22 x 48, pacote 1kg.	Und	20	27,20	544,00
44	35660	Pregos de aço, bitola e comprimento 15 x 18, pacote 1kg.	Und	30	29,67	890,10
45	35661	Rolo para pintura com lâ de baixa altura, indicado para superfícies lisas.	Und	30	41,65	1.249,50
46	35662	Cabo para rolo de pintura, compatível com rolos padrão de mercado.	Und	20	17,92	358,40
47	35663	Pincel de 3 polegadas, com cerdas sintéticas ou naturais, indicado para pintura em geral.	Und	10	29,28	292,80
48	35664	Pincel de 1 polegada, indicado para acabamento e recortes.	Und	10	10,00	100,00
49	35665	Bandeja plástica para pintura, compatível com rolos de pintura padrão.	Und	15	15,44	231,60
50	35666	Balde de pedreiro - Plástico reforçado, capacidade mínima de 10 litros, indicado para preparo e transporte de materiais.	Und	50	43,47	2.173,50
51	35667	Cadeado metálico, tamanho nº 10, com chave, indicado para travamento de portões e equipamentos.	Und	10	30,74	307,40
52	35668	Cadeado metálico, tamanho nº 20, com chave.	Und	10	56,90	569,00
53	35669	Rolo de 100 metros de corda sintética ou similar, com diâmetro mínimo de 12 mm, indicada para amarrações em geral (NR18).	Und	1	482,67	482,67



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
54	35670	Serrote manual para madeira, lâmina em aço temperado, cabo ergonômico.	Und	3	124,58	373,74
55	35671	Rolo de fita zebra - Fita de sinalização zebra, preta e amarela, medida mínima 7cm X 200m, em material plástico, indicada para isolamento e sinalização de áreas.	Und	80	31,45	2.516,00
56	35672	Régua em perfil de alumínio, comprimento mínimo de 2 metros, indicada para alinhamento e nivelamento.	Und	4	107,63	430,52
57	35673	Régua em perfil de alumínio, comprimento mínimo de 3 metros.	Und	2	111,17	222,34
58	35674	Pé de cabra - Ferramenta metálica tipo alavanca, em aço, indicada para remoção de pregos e alavancagem.	Und	2	86,57	173,14
59	35675	Marreta com cabeça em aço forjado e cabo resistente, peso nominal de 1 kg.	Und	2	65,62	131,24
60	35676	Marreta com cabeça em aço forjado, peso nominal de 2 kg.	Und	4	114,86	459,44
61	35677	Marreta com cabeça em aço forjado, peso nominal de 3 kg.	Und	2	135,17	270,34
62	35678	Marreta com cabeça em aço forjado, peso nominal de 5 kg.	Und	1	185,05	185,05
63	35679	Pneu compatível com carrinho de mão padrão, indicado para reposição.	Und	20	53,59	1.071,80
64	35680	Câmara de ar compatível com pneu de carrinho de mão.	Und	20	26,47	529,40
65	35681	Sabre compatível com corrente de 36 dentes, do tipo oregon, indicado para uso em motosserra.	Und	2	471,00	940,00
66	35682	Corrente para motosserra, com 36 dentes, compatível com sabre correspondente.	Und	5	209,70	1.048,50
67	35683	Martelo tipo unha/ferradura, com cabeça em aço, diâmetro aproximado de 29 mm.	Und	10	85,09	850,90
68	35684	Colher de pedreiro tipo paceta, número 12, lâmina em aço e cabo anatômico, indicada para assentamento de argamassa.	Und	10	55,61	556,10
69	35685	Trena metálica retrátil, comprimento mínimo de 5 metros, com trava, igual ou superior a IRWIN.	Und	15	35,53	532,95



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
70	35686	Trena de fita longa, comprimento mínimo de 50 metros, indicada para medições externas.	Und	2	143,76	287,52
71	35688	Carretel de linha de nylon para pedreiro, nº 100, indicado para alinhamentos.	Und	20	16,65	333,00
72	35689	Esquadro metálico ou em alumínio, com lado mínimo de 30 cm.	Und	3	36,93	110,79
73	35690	Esquadro metálico ou em alumínio, com lado mínimo de 40 cm.	Und	3	44,80	134,40
74	35691	Nível de bolha, comprimento mínimo de 1 metro, com corpo em alumínio ou material resistente.	Und	3	164,31	492,93
75	35692	Nível de bolha, comprimento mínimo de 60 cm.	Und	3	85,49	256,47
76	35693	Prumo metálico, peso nominal de 500 gramas, indicado para verificação de verticalidade.	Und	2	45,73	91,46
77	35694	Formão para madeira, lâmina em aço temperado, largura de ½ polegada.	Und	3	43,60	130,80
78	35695	Formão para madeira, lâmina em aço temperado, largura de 1 polegada.	Und	5	47,41	237,05
79	35696	Formão para madeira, lâmina em aço temperado, largura de 3 polegadas.	Und	3	54,28	162,84
80	35697	Cavadeira Articulada em Aço carbono com Cabo de Madeira de no mínimo 180 cm de comprimento.	Und	2	142,92	285,84
81	35698	Bota de borracha impermeável, cano médio ou longo, solado antiderrapante, tamanho 39.	Par	5	77,60	388,00
82	35699	Bota de borracha impermeável, cano médio ou longo, solado antiderrapante, tamanho 40.	Par	5	77,60	388,00
83	35700	Bota de borracha impermeável, cano médio ou longo, solado antiderrapante, tamanho 41.	Par	5	77,60	388,00
84	35701	Bota de borracha impermeável, cano médio ou longo, solado antiderrapante, tamanho 42.	Par	5	77,60	388,00
85	35702	Bota de borracha impermeável, cano médio ou longo, solado antiderrapante, tamanho 43.	Par	5	77,60	388,00
86	35703	Luva de proteção em malha ou material similar, tamanho G com revestimento pigmentado na palma, indicada para serviços gerais.	Par	50	8,42	421,00
87	35704	Luva de proteção em nitrila, tamanho G,	Par	100	17,20	172,00



Item	Cod	Discriminação	Und	Quant	Valor Médio Und	Valor Médio Total
		indicada para manuseio de materiais e produtos diversos.				
88	35705	Caneleira de proteção, confeccionada em material resistente a impactos leves, indicada para serviços operacionais.	Par	8	75,67	605,36
89	35706	Avental de raspa de couro, comprimento longo, indicado para proteção do tronco e membros inferiores.	Und	6	98,67	592,02
90	35707	Óculos de proteção com lentes transparentes, com proteção frontal e lateral, indicados contra partículas volantes.	Und	40	15,53	621,20
91	35708	Óculos de proteção com lentes escuras, indicados para proteção contra luminosidade intensa e partículas.	Und	60	11,87	712,20
92	35709	Protetor auricular tipo plug ou concha, indicado para atenuação de ruído ocupacional em atividades operacionais.	Und	50	4,07	203,50

**Atenção:** Para preenchimento da Proposta (Anexo IV) deve-se seguir estritamente esta ordem e numeração dos itens, facultando ao licitante participar **apenas dos itens** de seu interesse.

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Os interessados podem apresentar proposta para quaisquer dos **ITENS/LOTES** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.
- 1.2 Independentemente do critério de julgamento ser pelo valor do **ITEM**, do **LOTE**, ou **GLOBAL**, os itens serão analisados pelo valor unitário. Qualquer item que tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.
- 1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.



ANEXO IV

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

À  
PREFEITURA DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO  
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº .....  
PROCESSO Nº .....

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos objetos abaixo discriminados, conforme Edital, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

RAZÃO SOCIAL:  
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:  
REPRESENTANTE E CARGO:  
CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:  
ENDEREÇO e TELEFONE:  
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

Declaramos que o [e-mail](#) informado nesta proposta é válido e poderá ser utilizado para todas as comunicações oficiais, inclusive notificações, e nos comprometemos em mantê-lo atualizado junto à Prefeitura de Alta Floresta D Oeste-RO.

Declaramos conhecer e concordar com todas as condições deste edital e seus anexos e apresentamos nossa proposta de preços para o fornecimento do objeto do certame conforme valores e especificações técnicas a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL						

**Atenção:** O preenchimento desta proposta deve seguir estritamente a ordem e numeração dos itens conforme Anexo III - Estimativa de Custos, incluindo a Marca (quando houver) sob pena de invalidação da proposta.

**Poderá ainda ser utilizado o relatório de Proposta Final expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.**

**VALIDADE DA PROPOSTA:** \_\_\_\_\_ dias (no mínimo 60 (sessenta) dias), contados da apresentação da proposta final corrigida.

**PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO:** Conforme o Termo de Referência e Edital.

As despesas relativas a eventuais trocas dos produtos por força da garantia correrão por conta da contratada.

**Declaramos, sob as penalidades da lei, que:**



O(s) produto(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não reconicionado(s), não remanufaturado (s) ou reciclado(s).

Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.

Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação.

Declaramos também que:

a) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura de Alta Floresta D'Oeste/RO antes da abertura oficial das propostas;

A empresa declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la e que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/21.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA





PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_ /202X.

A .....(nome da empresa)....., CNPJ/MF Nº ....., sediada .....  
(endereço completo)....., telefone para contato ..(.....)....., e-mail ....., Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- ✓ Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- ✓ Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- ✓ Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.
- ✓ Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- ✓ Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- ✓ Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- ✓ Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- ✓ Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- ✓ Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- ✓ Que não utiliza de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- ✓ Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Declarações utilizadas para critério de desempate, conforme Art. 60.:

§ 1º III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

§ 1º IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Local e Data,

\_\_\_\_\_  
(Responsável legal e assinatura)

*\* Quando do não envio desta declaração, poderá ainda ser utilizado o relatório de Declaração expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.*



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

PROC N.º 00000/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 000/2025

TERMO DE CONTRATO DE Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ALTA  
FLORESTA D OESTE E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_.

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede e administração na Av Brasil bairro redondo, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta DOeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta DOeste, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado, o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º ....., expedida pela (o) ....., e CPF n.º ....., tendo em vista o que consta no Processo n.º 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da Lei n.º 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a ..... para atender as necessidades da Secretaria Municipal XXXXXXXXXXXXXXXX, que serão entregues conforme as condições do anexo do Edital, PELO PERÍODO DE \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) MESES, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UND	QNT.	MARCA	V. UNT	V. TOTAL
TOTAL GERAL							

2 1.4. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: Termo de Referência que embasou a contratação, o Edital da licitação; a Proposta do Contratado; e eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data assinatura por até \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) meses, prorrogável por até \_\_\_\_ meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato e Decreto Municipal n.º ...../2025.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO



4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

## 5.1. PREÇO

5.1.1. O valor da aquisição é de R\$ XXXXXX (XXXXXX).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

## 5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será devido encargos moratórios, desde a data limite para pagamento (30 dias após apresentação da nota fiscal) até a data do efetivo pagamento pelo CONTRATANTE, que serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

Em = Encargos Moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = 1/365$      $I = 6/100/365$      $I = 0,00016438$

Onde I = taxa percentual anual no valor de 6%

## 5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.3.1. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;

5.4.3.2. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.3.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



5.4.3.4. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.3.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.3.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.3.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, realizada em .....

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e Decreto Municipal nº ...../2023;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto ou prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar a procuradoria do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.9. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.



7.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se for o caso.

7.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21, se for o caso.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: a) prova de regularidade perante a Fazenda Municipal (mobiliários), especialmente quando o proponente possuir domicílio ou sede no município; b) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;



8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

## CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, o Contratado que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

11.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a





promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico financeiro.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.2.1.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.2.1.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações e multas.





## 13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1.: As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados no Orçamento 2032 e 2025 onde o recurso encontra-se na dotação orçamentária: Categoria Econômica n.º 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

*\* Poderão ser utilizados recursos de outros projetos/atividade caso houver necessidade*

## 14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Alta Floresta D Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Alta Floresta D Oeste, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Identificação e assinaturas:

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



## ANEXO VI

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 00000/2025  
PREGÃO ELETRONICO Nº 000/2025

O MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA DOESTE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º XX.XXX.XXX/XXX-XX, com sede e administração na Av Brasil, 3044, bairro redondo, nesta cidade e Comarca de Alta Floresta D Oeste, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade Alta Floresta D Oeste, Estado de Rondônia, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE registrar os preços em favor da empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº...../.....-....., com sede à ....., na cidade de ....., neste ato representada pelo Sr. ...., atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de ....., conforme descrito no Anexo I.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item constam do Anexo I.

#### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste, sem participação de outros órgãos.

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

4.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme inciso I do art. 32 do Decreto Federal Nº 11.462/23 art. 86º § 4º da Lei 14.133/21.

4.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo o dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, conforme inciso II do art. 32 do Decreto Federal Nº 11.462 de 31 de março de 2023, art. 86º § 5º da Lei 14.133/21.

4.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

#### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA



5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela administração municipal por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2.1 O instrumento contratual deverá ser emitido no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.3.1 será incluído na ata, na forma de anexo, caso haja, o registro dos licitantes que:

5.3.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.3.1.2. Mantiverem sua proposta original.

5.3.2. Será respeitada, nas aquisições, a ordem de classificação dos licitantes participantes do certame.

5.3.2.1. Esgotada a ordem de classificação e não havendo interessados, a administração municipal poderá consultar outros fornecedores, respeitando o preço registrado.

5.4. O registro a que se refere tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.5 para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2 quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

5.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado na página oficial do município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8 após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de cinco dias úteis e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração Municipal.

5.9 A ata de registro de preços poderá ser assinada digitalmente utilizando certificados digitais válidos e emitidos por autoridade certificadora integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ICP - Brasil, sendo facultado a Administração a verificação de autenticidade.

5.10 quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração Municipal convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11 na hipótese de nenhum dos licitantes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração Municipal, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1 convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



5.11.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração Municipal a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6 - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

6.1 - O objeto desta licitação deverá ter sua entrega ....., contados da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2 A requisição poderá ser efetuada via e-mail encaminhado pelo Setor ..... da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D Oeste - RO, sendo respeitado o prazo de entrega.

6.2.1- A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita pelo Detentor da Ata, no local e hora determinado pelo Gestor da Ata.

6.3 As entregas deverão ser realizadas no: ..... (endereço) ..... de segunda a sexta feira, (exceto feriados) no horário das 07h30m às 13h30m.

6.4 - Correrá por conta do Detentor da Ata as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, inclusive casos de devolução.

6.5 Caso seja entregue algum produto danificado deverá o Detentor da Ata substituir no mesmo prazo, correndo por sua responsabilidade todas as despesas da logística reversa.

## 7 - DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - Os pagamentos devidos a Detentora da Ata serão efetuados na Tesouraria desta Prefeitura, no prazo de até ..... de vencimento, mediante apresentação de notas fiscais/faturas devidamente empenhadas.

7.2 - As notas fiscais/faturas, que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora da Ata e seu vencimento ocorrerá em igual período acima.

7.3 - O pagamento será feito em cheque nominal a Detentora da Ata ou mediante crédito em conta da Detentora da Ata.

7.4 - À Detentora da Ata fica vedado negociar ou efetuar a cobrança ou o desconto da fatura emitida através da rede bancária ou com terceiros, permitindo-se, tão somente, cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente para o Órgão Gestor.

## 8. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos, nas seguintes situações:

8.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.1.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.1.3 na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.1.1.1 no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.1.1.2 no caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 9. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1 na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração Municipal convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



9.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.1.2 na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.1.3 se não obtiver êxito nas negociações, a Administração Municipal procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.1.4 na hipótese de redução do preço registrado, a Administração Municipal revisará os contratos decorrentes da ata de registro de preços para avaliar a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2 na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.2.1 neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.2.2 não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela Administração Municipal e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

9.2.3 na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, a Administração Municipal convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

9.2.4 se não obtiver êxito nas negociações, a Administração Municipal procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2.5 na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, a Administração Municipal atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.2.6 A Administração Municipal revisará os contratos firmados decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração Municipal sem justificativa razoável;

10.1.3 não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Art. 27, § 2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a Administração Municipal, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho da Administração Municipal, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Administração Municipal poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Administração Municipal, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art. 26, § 3º e Art. 27, § 4º, ambos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

## 11. DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2 É da competência da Administração Municipal a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

11.3. Os setores deverão comunicar a Administração Municipal qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração Municipal e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

12.2. As partes envolvidas consentem com a utilização dos seus dados pessoais fornecidos para a operacionalização da presente licitação e para a respectiva execução do contrato, bem como comprometem-se a observar as regras e princípios referente ao tratamento de dados pessoais estabelecidos no Art. 5º, inciso em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados LGPD.

Fica eleito o foro do Município de Alta Floresta DOeste para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste. E, por estarem de acordo, lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinada pelas partes em (02) duas vias de igual teor, composta de XX (xxxxxxx) páginas, excetuando os termos de anuência dos fornecedores, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

\_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
Secretário Municipal

\_\_\_\_\_  
Empresa

\_\_\_\_\_  
Gerente do Reg. Preço

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_